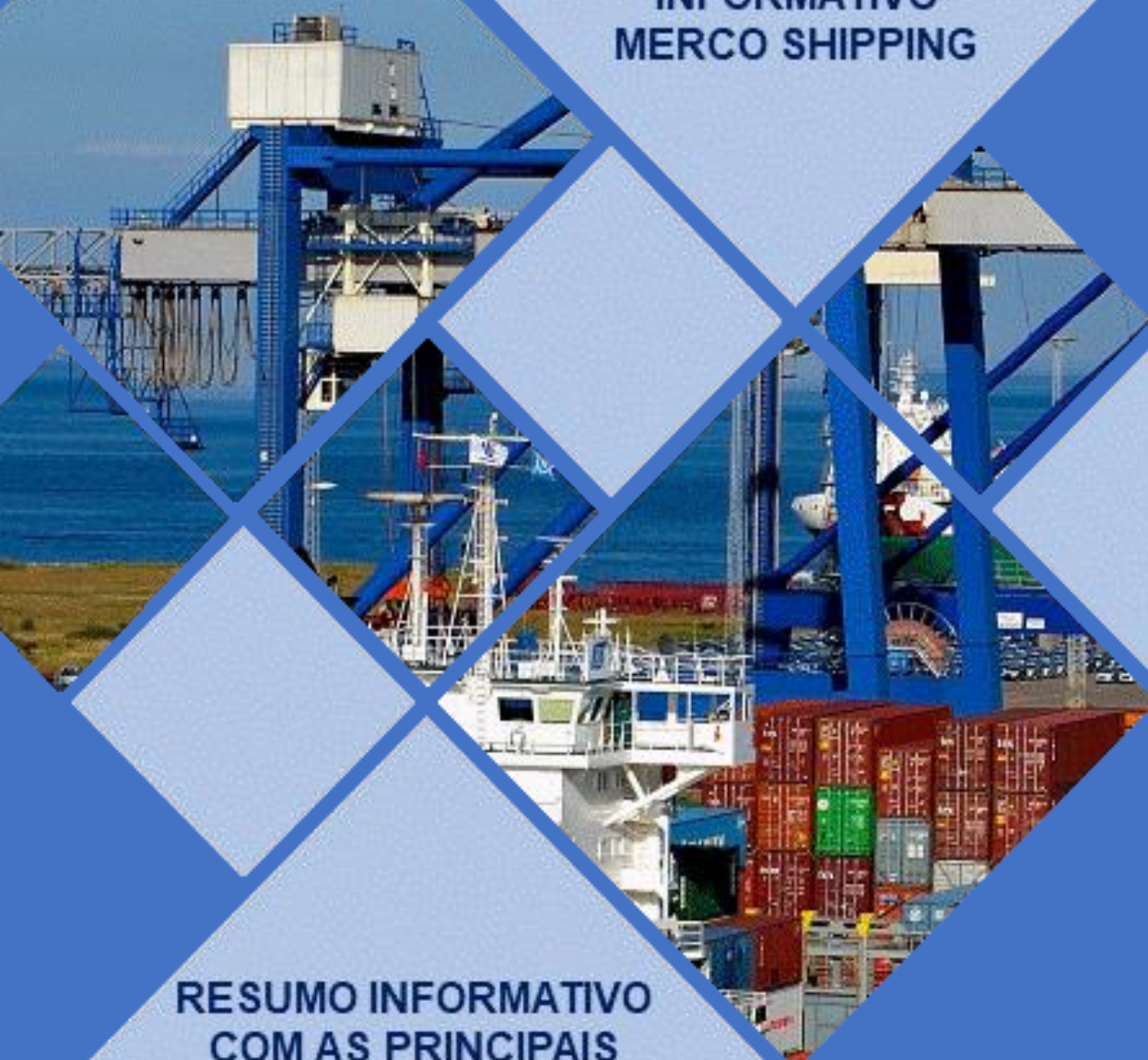


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 185/2023  
Data: 08/11/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
HADDAD ANUNCIA PRORROGAÇÃO DO REPORTO APÓS REUNIÃO .....	4
GARANTIR A LEI E A ORDEM!.....	5
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>6</b>
TRANSPORTE INTERIOR BATE RECORDE HISTÓRICO NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023 .....	6
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>8</b>
FAZENDA E MPOR GARANTEM CONTINUIDADE DO REPORTO .....	8
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>9</b>
RODOVIAS - OBRA ESPERADA HÁ DÉCADAS, DUPLICAÇÃO DA BR-423/PE COMEÇA A VIRAR REALIDADE PELO GOVERNO FEDERAL .....	9
MOTORISTAS DE MINAS GERAIS JÁ PODEM INDICAR REAL INFRATOR NO APLICATIVO DA CDT .....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>11</b>
EDITORIAL – REPORTO: INCENTIVANDO O CRESCIMENTO PORTUÁRIO E FERROVIÁRIO .....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	12
<i>Obras em PE</i> .....	12
<i>Brasil-Japão I</i> .....	12
<i>Brasil-Japão II</i> .....	12
<i>PAC em Tocantins</i> .....	12
NACIONAL - LULA E TARCÍSIO VÃO ANUNCIAR TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EM DEZEMBRO, DIZ COSTA FILHO.....	12
NACIONAL - REPORTO CAI NA 1ª VOTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, MAS GOVERNO GARANTE BENEFÍCIO .....	14
REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE COMEMORA 45 ANOS E CONFIRMA EMPREENDIMENTOS ATÉ 2027.....	15
MERCOSUL - PRESIDENTE DO PARAGUAI VISITARÁ OBRA DA PONTE BIOCEÂNICA .....	16
PORTUGAL - PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL RENUNCIA APÓS ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO.....	17
SINGAPURA - EXECUTIVOS E AUTORIDADES DO BRASIL APRESENTAM SETOR PORTUÁRIO DO PAÍS EM CINGAPURA .....	18
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>19</b>
RELATOR VAI PEDIR NOVO ESTUDO DA FAZENDA SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA .....	19
FIESP DEBATE MERCADO DE CARBONO E INICIATIVAS VERDES DOS EUA, UNIÃO EUROPEIA E ÁSIA .....	20
COPERSUCAR AVANÇA EM SUA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM O COMBUSTÍVEL RENOVÁVEL DE AVIAÇÃO (SAF).....	21
APS BUSCA MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA APOIO NA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DE SANTOS .....	22
A ESTRATÉGIA DA ADM PARA EXPORTAR MAIS SOJA DO BRASIL .....	22
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>23</b>
REFORMA TRIBUTÁRIA: GOVERNISTAS NO SENADO REFORÇAM TROPA DE CHOQUE PARA ÚLTIMAS NEGOCIAÇÕES NO PLENÁRIO .....	23
GOVERNADORES DO SUL E SUDESTE VÃO ORIENTAR VOTO CONTRÁRIO À REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO.....	24
REVOGAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE 400 KM PARA VOOS NO SANTOS DUMONT SERÁ PUBLICADA NESTA QUINTA .....	26
MEDIDA QUE GARANTE R\$ 35 BI SERÁ VOTADA NESTE ANO, DIZ HADDAD APÓS REUNIÃO COM LÍDERES DA CÂMARA.....	27
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>28</b>
REFORMA TRIBUTÁRIA: GOVERNADORES DO SUL E SUDESTE CRITICAM TEXTO E PEDEM VOTO CONTRÁRIO DE SENADORES ..	28
ALCOLUMBRE LIDERA EMENDA QUE AMPLIA ALCANCE DE FUNDO DO AMAZONAS PARA SEU PRÓPRIO ESTADO .....	29
REFORMA TRIBUTÁRIA: LEIA A ÍNTEGRA DO TEXTO APROVADO NA CCJ DO SENADO .....	30
‘SUSTENTABILIDADE ESTÁ NO DNA DA NOSSA EMPRESA’, DIZ CEO DA SUZANO.....	31
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>32</b>
LULA PROMETE VOLTAR A INVESTIR NA TRANSNORDESTINA .....	32
DISPUTE BOARDS E O NOVO PAC: UMA QUESTÃO DE URGÊNCIA .....	33
ATRASO NO RN E RESTRIÇÃO NO RJ PREOCUPAM ZURICH AIRPORT .....	35
WILSON SONS MOVIMENTA 103 MIL CONTÊINERES EM OUTUBRO, ALTA ANUAL DE 26,5% .....	37
CHINA: EXPORTAÇÃO RECUA 6,4% EM OUTUBRO EM BASE ANUAL, PIOR QUE O PREVISTO .....	37
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>38</b>
COM ESCALA EXTRA NO RIO, MAERSK AMPLIA CONEXÃO ENTRE BRASIL E EUROPA .....	38



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 185/2023  
Página 3 de 39  
Data: 08/11/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>39</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	39



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### HADDAD ANUNCIA PRORROGAÇÃO DO REPORTO APÓS REUNIÃO

Ministro da Fazenda confirmou prorrogação do regime tributário após encontro com Silvio Costa Filho, da pasta de Portos

*Por: Ted Sartori*



***Ideia debatida na reunião é que benefício passe a valer mais cinco anos; prazo atual é até 31 de dezembro Foto: Eduardo Oliveira/MPor/divulgação***

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na tarde desta terça-feira (7) a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). A decisão foi anunciada após encontro com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, com a presença de outras autoridades ligadas às duas pastas. Segundo A Tribuna apurou, a ideia é que seja por cinco anos, mas

há um processo jurídico a ser percorrido. O prazo atual vale até 31 de dezembro.

“Era um pleito mais do que justo e que já estava no nosso radar. Estamos prorrogando esse estímulo por decisão conjunta dos dois ministérios justamente para que esses investimentos na modernização dos portos brasileiros aconteçam para aumentar a produtividade da economia brasileira. Tudo o que a gente está fazendo é para facilitar o nosso comércio exterior, tanto para importar quanto para exportar”, afirmou Haddad, em vídeo publicado nas redes sociais do ministro de Portos.

A reunião entre Costa Filho e Haddad era para ter acontecido na quarta-feira passada (1), mas foi adiada. Naquela data, o ministro de Portos e Aeroportos e a secretária nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mariana Pescatori, tiveram um encontro com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma tributária no Senado. Ela foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), irá a plenário e incluiria o Reporto, conforme A Tribuna divulgou na semana passada.

“No relatório apresentado, no Artigo 156-A, está dito que lei complementar irá dispor sobre as questões aduaneiras especiais, o que inclui o Reporto, o Repetro e o Reidi, que são programas importantes de investimento que o Brasil tem e que precisam estar abrigados, portanto, na reforma tributária”, explicou Eduardo Braga, na ocasião.

O Repetro é um regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens que se destina às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Já o Reidi é o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

Apesar disso, A Tribuna apurou que ainda há possibilidade de o Reporto ser tratado na lei de desoneração fiscal. É algo que será alinhado entre os ministérios de Portos e Aeroportos e da Fazenda. “E o Reporto se encaixa na reforma tributária porque ela desonera todos os investimentos. Quem investe não pode pagar imposto, porque está gerando emprego. Vai ser um novo capítulo da história brasileira”, comentou Haddad.

Costa Filho lembrou que o setor portuário tem perspectiva, nos próximos três anos, de investimentos na faixa de R\$ 50 bilhões. “Nesse ano, o nosso saldo comercial deve ficar na casa de US\$ 93 bilhões, o maior da história. Isso significa consolidação da economia brasileira, confiança do mercado

externo no potencial do Brasil e divisa no nosso caixa para não dependermos de ninguém”, completou o ministro da Fazenda.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 08/11/2023*

### **GARANTIR A LEI E A ORDEM!**

Muitas coincidências que podemos compartilhar e aprender!

*Por: Maxwell Rodrigues*



#### **Garantir a lei e a ordem Foto: Divulgação**

A publicação do Decreto 1.765, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Porto de Santos, foi uma notícia muito bem recebida pelo setor. Com o texto publicado na semana passada e já em vigor, será feito um controle muito maior da entrada e saída de caminhões e em navios. Contudo, a preocupação orbita em torno de possíveis atrasos para embarques e descargas, mas segundo anunciado pelas autoridades, essas operações não irão atrapalhar o maior

complexo portuário do Hemisfério Sul.

Acompanhei de perto medidas parecidas em outros portos e cidades pelo mundo, com Exército, Marinha e Aeronáutica auxiliando os governos municipais e estaduais em locais críticos e com alto volume de movimentação, seja de pessoas ou de cargas. Recentemente, publiquei em um artigo em A Tribuna que no Panamá, por exemplo, o Exército ocupou as ruas do Centro velho com o intuito de resolver as questões de segurança daquela localidade. A medida funcionou e a área é próspera e com muitas atividades. Não são registradas ocorrências por lá há mais de 15 anos.

A competência do comando da Marinha e do Exército é inegável e certamente as Forças Armadas irão desempenhar um papel fundamental na segurança do Porto de Santos. Elas já se movimentaram e ocuparam o equipamento que movimenta quase 1/3 da nossa balança comercial.

Leis são feitas para serem cumpridas e quando acompanhadas de um viés de ordem são mais facilmente absorvidas pela sociedade e por todos que estão inseridos dentro do cenário comercial do Porto de Santos. Quanto à ordem, um ponto chama bastante atenção: ela não existe quando nos referimos aos acessos terrestres do Porto. Um verdadeiro caos e com situações negligenciadas por décadas, como na Alemoa.

O Estado de São Paulo poderia se sentir motivado com a GLO do Governo Federal e criar um projeto (ou uma lei) que resolva definitivamente os acessos às margens Direita e Esquerda do Porto. Quando falamos em acesso, sabemos que para vir de São Paulo para Santos, obrigatoriamente, devemos usar as rodovias Anchieta ou Imigrantes. Com isso, uma ótima reflexão: seria possível debater a possibilidade do Porto de Santos subir a Serra do Mar, com a criação de um local no Planalto onde haveria um grande truck parking (estacionamento de caminhões) combinado com um Sem Parar?

No local, além de acomodar milhares de caminhões e motoristas com total conforto e respeito que a categoria merece, os veículos ficariam sujeitos a vistorias e fiscalizações de tudo que é necessário para acesso ao Porto. Assim, todos os órgãos anuentes poderiam tratar de suas atribuições em uma única localidade, agilizando o processo de liberação. Podemos nomear o local como um pré-gate público do Porto de Santos.

Seria uma maneira muito mais viável, no Planalto, pela falta de infraestrutura e locais na Baixada Santista. Os caminhões, por sua vez, seriam monitorados por meio do truck transit time (tempo de

trânsito do caminhão) desde o pré-gate até o terminal. Há milhares de tecnologias que poderiam ser utilizadas e aplicadas.

Esse projeto poderia ainda beneficiar empresas (startups) da nossa região para que fossem homologadas e pudessem integrar dados e informações. Por sinal, temos um Parque Tecnológico em Santos que está disponível para abrigar esse tipo de iniciativa.

Estamos conseguindo garantir a lei e a ordem quando o tema é segurança, mas ainda nos encontramos distantes do devido ordenamento nos acessos terrestres. A quem interessa tanto conflito e falta de investimentos para que possamos cumprir o alto crescimento de movimentação do Porto de Santos? Não dá mais para crescer sem ordem. Esperamos que o Estado possa criar a lei para resolver essa questão, quem sabe, com o apoio da Federação.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 08/11/2023**



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### TRANSPORTE INTERIOR BATE RECORDE HISTÓRICO NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

Todos os três meses apresentaram crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior



***O rio Madeira, apesar da seca, não apresentou redução nos volumes transportados no terceiro trimestre***

Brasília 08/10/2023 - De julho a setembro deste ano, o transporte de carga por vias interiores no país foi de 33.79 milhões de toneladas, o que representa o recorde histórico do terceiro trimestre no Brasil. Os dados são do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

De acordo com o levantamento, o número representa um aumento de quase 6,1% em comparação ao terceiro trimestre de 2022, ano em que houve a maior movimentação por vias interiores no período. Quando comparado a 2019, até então considerado o ano recorde de movimentação de cargas por vias interiores, o crescimento é de quase 7,6%.

O recorde foi impulsionado pelos transportes de soja, contêineres e minério de ferro. Ao todo foram transportadas 4,1 milhões de toneladas da commodity agrícola, o que representa uma variação positiva de 79,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O transporte de contêineres foi de 2,6 milhões de toneladas pelas vias interiores, representando aumento de 13,23% em comparação ao terceiro trimestre do ano passado. Já o volume de minério de ferro transportado foi de 1,7 milhão de toneladas, aumento de 45,4% em comparação de julho a setembro de 2022.

Outro destaque fica para o petróleo e seus derivados, sem óleo bruto. No terceiro trimestre foram transportadas 2,5 milhões de toneladas do combustível, o que reflete em um aumento de 0,85% em volume transportado quando comparado ao ano anterior.

Todos os meses do trimestre apresentaram crescimento em comparação a esses meses de 2022. O destaque do trimestre é o mês de agosto, onde foram transportados quase 12 milhões de toneladas, representando um crescimento de 9,26% em comparação ao mesmo período de 2023. Julho



registrou 12,45 milhões de toneladas transportadas (+ 6,9%) e setembro com 9,41 milhões de toneladas (+1,4%).

### Regiões hidrográficas

Mais uma vez o principal destaque no transporte por vias interiores fica para a região Hidrográfica Amazônica, que transportou 20,27 milhões de toneladas entre julho e setembro de 2023, representando uma variação positiva de 5,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. A região hidrográfica foi responsável ainda por mais da metade de todo o transporte feito por vias interiores durante este período.

A região hidrográfica do Paraguai foi o principal destaque percentual ao longo deste período com crescimento de 71,4% (mais de 2,1 milhões de toneladas transportadas). Na região hidrográfica do Tocantins-Araguaia, responsável por pouco mais de um terço de todo o transporte do período, foram transportadas 12,8 milhões de toneladas, um aumento de 0,5% quando comparado ao período de julho a setembro do ano anterior.

Vale ressaltar que a ANTAQ vem acompanhando eventuais impactos nos números devido à estiagem que ocorre na Região Norte, em especial, na região Amazônica. Confira dados específicos nos rios amazônicos ao fim da matéria.

A navegação de longo curso em vias interiores representou mais de 16,5 milhões de toneladas de julho a setembro (alta de 13,32%). A Navegação Interior, por sua vez, apresentou 11,3 milhões de toneladas transportadas (variação positiva de 9,1% em comparação ao mesmo período de 2022), enquanto a Cabotagem em vias interiores apresentou decréscimo de 13,5%, com 6 milhões de toneladas transportadas.

### Transporte nos Rios Amazônicos

A seca no Amazonas teve efeito mais pontual na navegação de alguns rios. No terceiro trimestre, a navegação interior pelo Rio Negro apresentou redução de 18,3% em comparação com o terceiro trimestre de 2022, com efeitos na circulação de óleo bruto (-83%), derivados de petróleo (-23%) e Contêineres (-35%). As rotas mais afetadas foram as de Manaus-Porto Velho e Manaus-Itacoatiara.

A cabotagem utilizando o Rio Negro também foi bastante impactada, com redução de 17,1% no trimestre, puxada por quedas no transporte de derivados de petróleo (-74%), que tiveram sua logística muito afetada, e Cimento (-31%).

Já na Hidrovia do Rio Amazonas, ocorreu crescimento na navegação interior (+1,8%) e no longo curso em vias interiores utilizando o rio (+3,7%), mas percebe-se também o impacto da seca na cabotagem utilizando essa hidrovia (- 12,3%), com impacto no transporte da bauxita, que caiu 19,7%.

O rio Madeira, apesar da seca, não apresentou redução nos volumes transportados nesse terceiro trimestre. O transporte no rio, que foi apenas de navegação interior, cresceu 5,1% no período, com crescimento de 43% no total de soja transportada. Os contêineres que circulam pelo rio apenas registraram queda significativa (-42%).

### Hidrovias como solução

O estabelecimento das hidrovias que, para assim serem denominadas pressupõem a existência de serviços sistemáticos de dragagem, balizamento e sinalização, é resposta de médio e longo prazos para amenizar consideravelmente os problemas de estiagem e seca nos rios, como os que temos observado nos últimos anos e, em 2023, de forma mais intensa na região amazônica.

Esse é o entendimento do diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que defende que a consolidação do modal atenuará futuros impactos de estiagens, secas e outros fenômenos climáticos nas regiões hidrográficas.

“Contamos com uma natureza pródiga, que nos presenteou com abundância de rios navegáveis, contudo, como pudemos observar nos últimos anos, essas regiões navegáveis são suscetíveis aos

impactos das mudanças climáticas. Por sua vez, uma hidrovía propriamente instalada, tem em seu planejamento a execução de serviços de infraestrutura que proporcionam previsibilidade para a navegação. O nosso PGO Hidroviário, aprovado em outubro pelo Ministério de Portos e Aeroportos, apresenta projetos prioritários para a elaboração de estudos de viabilidade que embasarão futuras concessões."

Ainda de acordo com Nery, a ANTAQ tem em seu planejamento realizar o leilão da primeira concessão hidroviária, a do Rio Madeira, ainda em 2024

### Painel

O Painel Estatístico Aquaviário pode ser acessado via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Na consulta eletrônica podem ser checados dados de transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, além da movimentação portuária de contêineres.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520

**FAX:** (61) 2029-6517

**E-mail:** asc@antag.gov.br

**Data:** 08/11/2023

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### FAZENDA E MPOR GARANTEM CONTINUIDADE DO REPORTO

Programa é fundamental para incentivo do setor portuário



**Reunião dos ministros de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, e da Fazenda, Fernando Haddad - Foto: Eduardo Oliveira/MPor**

Nesta terça-feira (7), os ministros de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, e da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniram para discutir temas cruciais para o crescimento portuário do Brasil. Durante o encontro foi celebrado mais uma conquista importante para a economia produtiva do setor: a prorrogação do Reporto.

Silvio Costa Filho destacou o comprometimento do Governo Federal com o crescimento da economia brasileira, ressaltando que "há uma perspectiva de investimentos nos próximos anos na ordem de R\$ 50 bilhões de reais".

Fernando Haddad enfatizou que a reforma tributária aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado inclui o Reporto. "Quem investe não deve pagar imposto, pois está gerando empregos". Haddad reforçou a importância da desoneração para aumentar a produtividade da economia brasileira, facilitando o comércio exterior tanto para exportação quanto para importação. "Isso representa a consolidação da economia brasileira e a confiança do mercado externo no potencial do Brasil", concluiu Haddad.

O Reporto desonera os impostos de importação de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens essenciais para o crescimento econômico brasileiro, criando mais empregos e aumentando a renda.

### Impulso para a economia



O MPor está em constante diálogo com o Ministério da Fazenda para modernizar e expandir a estrutura portuária, especialmente o Reporto, que suspende o pagamento de impostos de importação e sobre produtos industrializados na importação de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens.

É importante destacar o papel do Governo Federal como agente indutor do desenvolvimento do setor portuário, que cresceu 4,4% nos primeiros cinco meses do ano, alcançando um volume total de 495,8 milhões de toneladas de cargas movimentadas pelos portos brasileiros, em comparação com o mesmo período de 2022.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 08/11/2023*

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### RODOVIAS - OBRA ESPERADA HÁ DÉCADAS, DUPLICAÇÃO DA BR-423/PE COMEÇA A VIRAR REALIDADE PELO GOVERNO FEDERAL

“Duplicar essa rodovia significa integrar o desenvolvimento de Garanhuns e do agreste pernambucano ao desenvolvimento de Caruaru e do Recife”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho



*Assinatura da ordem de serviço ocorreu no Palácio do Planalto - Foto: Marcio Ferreira/MT*

Atendendo a uma demanda histórica da população de Pernambuco, a BR-423/PE, importante corredor logístico do agreste do estado, terá 43,1 quilômetros duplicados pelo Governo Federal. Com o investimento de R\$ 330,3 milhões, as obras no trecho entre os municípios de São Caetano e Laje foram autorizadas nesta quarta-feira (8), com a assinatura da ordem de serviço pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade no Palácio do

Planalto.

“Duplicar essa rodovia significa integrar o desenvolvimento de Garanhuns e do agreste pernambucano ao desenvolvimento de Caruaru e do Recife. Essa integração é fundamental porque sabemos que o investimento em uma região só chega quando a infraestrutura dá condição para investidores consigam levar os seus recursos para aquela localidade. Isso representa melhoria na qualidade de vida, mais emprego e oportunidades para a população”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho.

#### Quais são as obras?

- As equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) vão executar serviços de duplicação e adequação no lote 1;
- O segmento duplicado neste momento vai do quilômetro 18,2 ao 61,3;
- Em 2024, o Governo Federal deve lançar a licitação do lote 2, entre Lajedo e Garanhuns. Serão 40 quilômetros de pistas duplicadas;
- A duplicação dos dois lotes está prevista no Novo PAC, com investimento público total de R\$ 554 milhões.

Para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, as obras na rodovia federal são de grande relevância econômica e social para a região e para o Nordeste como um todo. “Essa obra é cobrada

desde meu primeiro mandato e faz parte do nosso processo de reconstrução do país, que iniciou ainda na transição. Somente o Ministério dos Transportes investirá no setor R\$ 23 bilhões, o que é mais do que os quatro anos de investimento na área pela última gestão”, afirmou.

Participaram da solenidade no Palácio do Planalto o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, e da Pesca e Aquicultura, André de Paula; a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra; o advogado-geral da União, Jorge Messias; parlamentares da representação de Pernambuco no Congresso Nacional e gestores municipais do estado.

### Impacto

A empresa vencedora da licitação já atua no trecho com os trabalhos iniciais de instalação do canteiro de obras, mobilização da equipe e dos equipamentos e os demais preparativos para dar a largada na execução de serviços de terraplanagem e drenagem, inicialmente nos primeiros 20 quilômetros.

O trecho da rodovia federal a ser duplicado é um dos principais acessos ao agreste meridional de Pernambuco e via de escoamento da produção da bacia leiteira desta região. Com a duplicação, a expectativa é melhorar as condições de trafegabilidade da BR-423/PE, tornando o tráfego mais dinâmico, fluido e seguro. Desta forma, com a conclusão das obras, o Governo Federal contribui positivamente na logística, reduzindo os custos operacionais da cadeia produtora e impactando positivamente na economia local.

A requalificação da rodovia deve impulsionar, ainda, o crescimento dos setores de serviços, turismo e comércio. Além disso, os usuários que vivem no entorno da BR-423/PE serão beneficiados no quesito mobilidade, com redução do tempo das viagens e o aumento da segurança viária.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 08/11/2023*

## MOTORISTAS DE MINAS GERAIS JÁ PODEM INDICAR REAL INFRATOR NO APLICATIVO DA CDT

“Nossa intenção é de que, em futuro próximo, essa ferramenta esteja disponível em todos os estados e municípios do Brasil por meio da CDT, que oferece cada vez mais serviços essenciais aos cidadãos”, destacou o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão



***Nova funcionalidade está disponível para condutores do estado pelo app da Carteira Digital de Trânsito - Foto: Breno Pataro/Prefeitura de Belo Horizonte***

A indicação do real infrator já está disponível para condutores mineiros no aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT). A nova funcionalidade permite que o proprietário do veículo registrado no estado realize a transferência da multa, de forma totalmente on-line, caso a infração tenha sido cometida por outro condutor. Minas Gerais é a sétima unidade da Federação a contar a ferramenta a um clique, via CDT. A tecnologia também é utilizada pelos órgãos de trânsito do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Alagoas.

“Nossa intenção é de que, em um futuro próximo, essa ferramenta esteja disponível em todos os estados e municípios do Brasil por meio da CDT, que oferece cada vez mais serviços essenciais aos cidadãos”, destacou o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão.

### Como funciona

Para usar o serviço, o proprietário deve acessar a CDT e, no aplicativo, indicar o nome e o CPF de quem estava conduzindo o veículo no momento em que a infração de trânsito foi registrada.



O prazo para a indicação do real infrator é de 30 dias, a contar da data de notificação da infração. A pessoa indicada não pode estar na condição de “falecido”.

O real condutor receberá uma comunicação e precisará confirmar sua responsabilidade pela infração indicada.

Desta forma, caberá ao verdadeiro condutor – e não ao dono do veículo – arcar com os custos da multa específica e os pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) decorrentes da penalidade.

Os envolvidos que optarem pelo processo não precisam comparecer a unidades físicas dos órgãos de trânsito: tudo é feito on-line, acessando o aplicativo da CDT.

O serviço só pode ser utilizado por pessoas físicas, e tanto o proprietário do veículo quanto o indicado devem possuir CNH digital, além de conta no portal de serviços do governo – gov.br – de nível ouro ou prata.

### **Para facilitar a vida**

O secretário Aduardo Catão destaca que, atualmente, a CDT oferece uma série de serviços que facilitam a vida dos usuários, como o Sistema de Notificação Eletrônica, o qual permite o pagamento antecipado de multas com até 40% de desconto e já foi adotado por todos os órgãos autuadores federais e estaduais. Entre os serviços em vias de implementação pelos Detrans, destacam-se a emissão de autorização de transferência de veículo por meio eletrônico e a emissão de credencial de estacionamento para maiores de 60 anos.

A ferramenta que permite indicar, via CDT, o real condutor foi desenvolvida para a Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério dos Transportes pelo Serpro, empresa de tecnologia da informação do Governo Federal. "A funcionalidade é um grande marco na estratégia de transformação e inclusão digital do país. É uma ação de modernização realizada pelos governos estadual e federal com foco em facilitar a vida do cidadão mineiro", afirmou o presidente do Serpro, Alexandre Amorim.

"A funcionalidade nos permitirá simplificar o acesso ao serviço de indicação do real infrator para o cidadão que for notificado por uma infração de trânsito, de maneira segura e com a conveniência de resolver a demanda em qualquer lugar, pela internet e celular. A parceria com Senatran e Serpro está alinhada ao propósito da gestão de trânsito em Minas Gerais por melhorar a qualidade dos serviços e sempre que possível, com uso de tecnologia, eliminar a necessidade de deslocamento até uma unidade presencial para solução de demandas", completou o chefe de Trânsito de Minas Gerais, Lucas Vilas Boas.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 08/11/2023*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – REPORTO: INCENTIVANDO O CRESCIMENTO PORTUÁRIO E FERROVIÁRIO**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O anúncio dos ministros Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos) e Fernando Haddad (Fazenda), de que o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária, o Reporto, será prorrogado, é uma boa notícia para os setores portuário e ferroviário. Trata-se de um suspiro de alívio, considerando a ausência de disposições na proposta de emenda à Constituição (PEC) da Reforma Tributária aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.



O Reporto é um programa que se provou vital para incentivar investimentos nessas áreas fundamentais da infraestrutura do País. Ao permitir isenções fiscais para empresas que modernizam e expandem suas instalações portuárias ou ferroviárias, o programa estimula o crescimento econômico e a competitividade do Brasil no cenário global.

A promessa de que o Reporto será mantido é uma mensagem clara de que o Governo reconhece a importância desses setores para a economia nacional. Portos e ferrovias são elos críticos na cadeia de suprimentos do País, e qualquer incentivo para melhorá-los é uma medida bem-vinda.

Manter o Reporto em vigor não é apenas um apoio direto ao crescimento econômico e à modernização da infraestrutura, mas também envia um sinal claro de estabilidade e previsibilidade para os investidores. Isso é crucial para atrair investimentos e impulsionar a economia em um momento em que o Brasil busca se recuperar de desafios econômicos.

O anúncio da prorrogação do Reporto é uma vitória para o setor portuário e ferroviário, e uma demonstração de como a ação governamental pode ser ágil e responsiva quando se trata de manter o país em movimento.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 08/11/2023*

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **OBRAS EM PE**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro dos Transportes, Renan Filho, assinam nesta quarta-feira, dia 8, a ordem de serviço para a duplicação de 43,1 quilômetros da BR-423, no trecho que liga as cidades pernambucanas de São Caetano e Lajedo. O total do empreendimento, de 83,1 km de extensão, vai de São Caetano a Garanhuns e está incluído no novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com investimento estimado de R\$ 554 milhões.

#### **BRASIL-JAPÃO I**

Na terça-feira Renan Filho se reuniu com o embaixador do Japão no Brasil, Hayashi Teiji. Segundo o ministro dos Transportes, conversou-se sobre a possibilidade de parcerias para o avanço da infraestrutura de transportes no país.

#### **BRASIL-JAPÃO II**

Renan Filho e o embaixador do Japão também conversaram sobre a produção de gás natural em Alagoas, estado natal do ministro. A Algás, concessionária distribuidora do combustível no estado, tem entre seus sócios a empresa japonesa Mitsui, uma das companhias do país que mais investem no Brasil.

#### **PAC EM TOCANTINS**

Voltando a falar sobre PAC, na segunda-feira, dia 6, houve a cerimônia de lançamento do programa em Tocantins, que deverá receber um investimento de R\$ 35,7 bilhões. Grande parte desses recursos será empregada em obras de infraestrutura. Entre os serviços que merecem destaque estão a conclusão da ponte sobre o Rio Araguaia, na cidade de Xambioá; pavimentação de trechos das BR-010 e BR-135; construção da BR-242 e de um novo trecho da BR-010; investimentos nos trechos sob concessão das BR-153 e BR-080; investimentos na malha ferroviária e construção do novo aeroporto do Jalapão.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 08/11/2023*

### **NACIONAL - LULA E TARCÍSIO VÃO ANUNCIAR TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ EM DEZEMBRO, DIZ COSTA FILHO**

Segundo o ministro, governos federal e estadual vão aportar os investimentos de R\$ 6 bilhões  
Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



***Durante reunião na sede do Ministério de Portos com o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, Silvio Costa Filho autorizou a realização de audiências públicas sobre o túnel Crédito: Sérgio Francês/MPor***

***LIGAÇÃO SECA ENTRE AS DUAS MARGENS DO PORTO DE SANTOS, O TÚNEL SUBMERSO É UMA DEMANDA DE QUASE 100 ANOS DA REGIÃO DO LITORAL DE SÃO PAULO. ELA É CONSIDERADA A MAIOR OBRA DE INFRAESTRUTURA DO NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC), ANUNCIADO POR LULA NESTE ANO***

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, revelou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá anunciar no início do mês de dezembro a obra do túnel submerso entre Santos-Guarujá, no Porto de Santos (SP). E que o anúncio será feito junto com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, uma vez que a construção do empreendimento será feita de forma conjunta entre os governos federal e estadual. A expectativa é de que o edital da obra seja publicado no ano que vem e que a ordem de serviço seja decretada entre o final de 2024 e início de 2025.

Ligação seca entre as duas margens do Porto de Santos, o túnel submerso é uma demanda de quase 100 anos da região do litoral de São Paulo. Ela é considerada a maior obra de infraestrutura do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado por Lula neste ano.

Costa Filho afirmou que os investimentos para a obra, da ordem de R\$ 6 bilhões, serão feitos pelo Governo Federal juntamente com a Autoridade Portuária de Santos (APS), com R\$ 3 bilhões. Os R\$ 3 bilhões restantes serão aportados pelo Governo de São Paulo.

“Logo que voltar da COP 28 (conferência do clima, a ser realizada em dezembro, nos Emirados Árabes), o presidente Lula anunciará, em São Paulo, junto com o governador Tarcísio, as obras do túnel, que estão sendo discutidas há 100 anos e que agora vão sair definitivamente do papel”, disse o ministro.

Silvio Costa Filho lembrou que o empreendimento conjunto vai abranger as obras de requalificação urbana, da relocação de famílias que vivem em palafitas e dos acessos, tanto do lado de Santos como de Guarujá.

Durante reunião na sede do Ministério, em Brasília, com o diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, Costa Filho autorizou a realização de audiências públicas sobre o empreendimento, assim dando assim sequência aos encontros já realizados pela Comissão do Túnel Santos-Guarujá. Essa comissão reúne representantes das prefeituras de Santos e de Guarujá, além de membros da comunidade portuária local.

Pomini classificou que a APS e o Governo concluíram a chamada Fase 1, que correspondia ao período de convencimento das autoridades e da classe política sobre a necessidade do túnel.

“Passamos agora à Fase 2, que é a documental, com a definição do formato de cooperação técnica com o Governo do Estado, a modelagem da PPP (parceria público-privada), a obtenção das licenças ambientais, as audiências públicas e publicação do edital; fase que, estimo, deve durar oito meses”, analisou o presidente do Porto de Santos.

Pomini revelou que, na próxima semana, será realizada uma reunião com o Governo do Estado para a formalização do termo de cooperação técnica, que irá resultar na assinatura do documento consensual pelo ministro, pelo governador Tarcísio de Freitas e pela Autoridade Portuária.

Na reunião com integrantes da Comissão Túnel Santos-Guarujá, técnicos e representantes da comunidade ressaltaram a importância da prevalência do traçado do túnel, obtido após 16 reuniões, que elimina as desapropriações do lado de Santos e integra o viário de Guarujá à ligação seca.

O traçado contempla projetos de melhorias urbanas e também de expansão portuária em Guarujá, com a expectativa de a margem esquerda vir a representar uma movimentação de mais 120 milhões de toneladas de carga.

### Ligação seca

O objetivo do túnel é servir de ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá. Atualmente, a travessia de uma margem a outra é feita por balsa. Em algumas ocasiões, o serviço precisa ser interrompido para a entrada ou saída de algum navio do canal de navegação do Porto de Santos.

O túnel deverá ter a extensão de 860 metros e a travessia por essa via pode durar cerca de um minuto e meio. A expectativa é de que em média 150 mil pessoas deverão passar pelo local diariamente.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 08/11/2023

## NACIONAL - REPORTO CAI NA 1ª VOTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, MAS GOVERNO GARANTE BENEFÍCIO

Ministro Silvio Costa Filho confirmou a prorrogação do regime após reunião com Fernando Haddad  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**O ministro de Portos, Silvio Costa Filho, se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e garantiu a extensão do Reporto nas redes sociais. Crédito: Eduardo Oliveira/MPor**

**“QUEM INVESTE NÃO DEVE PAGAR IMPOSTO, POIS ESTÁ GERANDO EMPREGOS”.**

**FERNANDO HADDAD**  
ministro da Fazenda

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aprovou, na terça-feira, dia 7, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera o sistema tributário. O texto que vai ao plenário não acomoda a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) que estava previsto em forma de emenda no texto. O Governo Federal, no entanto, garantiu a continuação do benefício.

**A PRORROGAÇÃO DO REPORTO É FUNDAMENTAL PARA ESTIMULAR O SETOR PRODUTIVO PARA INVESTIR CADA VEZ MAIS NOS NOSSOS PORTOS,**

**“GERANDO EMPREGO E RENDA” SILVIO COSTA FILHO**  
ministro de Portos e Aeroportos

Após a aprovação da PEC na CCJ, o ministro de Portos e Aeroportos afirmou que a extensão do Reporto está garantida. Em um vídeo publicado nas redes sociais em que aparece ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Costa Filho destacou que “a prorrogação do Reporto é fundamental para estimular o setor produtivo para investir cada vez mais nos nossos portos, gerando emprego e renda”. Os dois se encontraram no Ministério da Fazenda durante a votação da PEC.

Haddad, portanto, ressaltou que a Reforma Tributária tem espaço para a continuação do Reporto. “Quem investe não deve pagar imposto, pois está gerando empregos”. O ministro reforçou a importância da desoneração para aumentar a produtividade da economia brasileira, facilitando o comércio exterior tanto para exportação quanto para importação.



“Isso representa a consolidação da economia brasileira e a confiança do mercado externo no potencial do Brasil”, concluiu Haddad. O ministro não especificou se a continuação do Reporto será por meio de Medida Provisória ou decreto presidencial.

O benefício fiscal tem validade até o dia 31 de dezembro deste ano e o setor de infraestrutura tenta prorrogá-lo para 2028. Segundo interlocutores do Senado, deverá ser apresentada uma emenda de autoria do senador Wellington Fagundes (PL-MT) na votação do plenário prevista para esta quarta-feira, dia 8.

Representantes do setor não confiam na aprovação da emenda e já articulam para inserir o Reporto na desoneração fiscal que deve voltar a ser discutida no Congresso Nacional com o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao texto.

Outra medida é o Projeto de Lei 4.885/2016 que tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados para a extensão do benefício. O deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos (FPPA), é o relator da medida.

No último mês, Paulo Alexandre recebeu sugestões de representantes do setor de infraestrutura para o texto. Foi apresentada ao deputado uma sugestão de substitutivo que inclui as empresas de dragagem, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de formação profissional e treinamento multifuncional.

Caso o Reporto não seja renovado, os preços dos produtos elegíveis para o benefício em contratos já celebrados poderão ser elevados em até 10%, segundo estimativa do setor portuário.

### **Aprovação**

A CCJ aprovou a PEC da Reforma Tributária com o placar de 20 votos a favor e 6 contra. De acordo com o relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), o texto apresentado tem consenso sobre os objetivos da reforma: garantir a simplificação e a justiça tributária, limitando o aumento de cargas sobre os contribuintes.

O relatório recebeu cerca de 700 emendas, porém apenas 247 foram aceitas pelo relator. A discussão principal durante a votação foi sobre o imposto único, o chamado IVA, que deve ficar em 27,5% após aumentar meio ponto percentual devido a um maior número de setores que serão beneficiados com tributação diferenciada, e pagarão menos imposto.

Após a aprovação na CCJ, o Governo trabalha agora para conseguir garantir uma margem segura de votos a favor no plenário. Há um movimento crescente de senadores da oposição que pretendem barrar a aprovação. A ideia de alguns, por exemplo, é atrelar os votos pela reforma à análise dos vetos presidenciais ao marco temporal na demarcação de terras indígenas.

A análise da Reforma Tributária já está na pauta do plenário desta quarta-feira, dia 8. O Governo decidiu que aceita incluir novas emendas ao relatório para viabilizar a aprovação do texto. Se aprovada no Senado, a proposta volta para a Câmara, que irá analisar as alterações.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 08/11/2023*

## **REGIÃO NORDESTE - PORTO DE SUAPE COMEMORA 45 ANOS E CONFIRMA EMPREENDIMENTOS ATÉ 2027**

Com investimentos da ordem de R\$ 46 bilhões, complexo prevê expansão em diversos segmentos  
Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

O Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE) comemorou 45 anos na terça-feira, dia 7, com direito a festa e bolo entre os funcionários que trabalham no complexo. Além da data especial, o

equipamento celebrou os projetos previstos para serem executados até 2027, com investimentos da ordem de R\$ 46 bilhões, que devem ser aplicados em 12 empreendimentos.

Entre eles está a instalação do segundo terminal de contêineres do porto, a implantação do segundo trem da Refinaria Abreu e Lima, e o projeto da planta de uma empresa da indústria farmacêutica nacional.



**Funcionários de Suape se reuniram para cortar um bolo de aniversário: a estatal é líder na movimentação de graneis líquidos (petróleo e derivados) e no transporte de cabotagem Crédito: Divulgação/Suape**

A celebração dos 45 anos reuniu cerca de 300 colaboradores no auditório do edifício-sede da estatal e contou com a participação do secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti; do diretor-presidente do complexo, Marcio Guiot; do presidente do Conselho de Administração do

Porto de Suape, Paulo Sales; e do representante dos empregados públicos e membro do Consad Ricardo Novaes.

Marcio Guiot aproveitou a ocasião para fazer uma breve apresentação dos futuros projetos alusivos aos 45 anos do porto que envolvem colaboradores, empresas, poder público e stakeholders.

“Estamos muito felizes em celebrar os 45 anos de Suape. Muita coisa aconteceu ao longo desse tempo e de tudo que alcançamos em termos de movimentação de cargas. A expectativa para o futuro são as melhores, com a geração de milhares de novos empregos”, pontuou Guiot.

O Porto de Suape é líder na movimentação de graneis líquidos (petróleo e derivados) e no transporte de cabotagem (entre os portos do país), além de ser o primeiro no transporte de carga containerizada no Nordeste. A movimentação total de 2022 foi de 24,7 milhões de toneladas.

A Autoridade Portuária, que reconquistou a autonomia em outubro de 2022, registrou 1.126 atracações de navios entre janeiro e setembro, número 2,6% superior ao mesmo período do ano anterior (1.097).

### **Novo terminal**

A APM Terminals, subsidiária da A.P. Moller-Maersk, é a empresa que vai instalar o segundo terminal de contêineres no Porto de Suape. O investimento na primeira etapa é de R\$ 1,6 bilhão, com geração de 500 empregos diretos na fase de obras e 2 mil indiretos. Quando estiver em operação, o terminal vai gerar 350 postos de trabalho diretos e 1,4 mil indiretos.

Já a nova planta da Blau Farmacêutica deverá ser instalada a partir de 2024, prevendo investimento total de R\$ 3,5 bilhões e 1.400 empregos.

Com relação às obras de ampliação da Rnest, o projeto é de responsabilidade da Petrobras, num investimento de R\$ 5 bilhões e a geração de 12 mil empregos (diretos e indiretos).

Também está prevista a ampliação do Parque de Tancagem e do Terminal de Graneis Sólidos de Suape.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 08/11/2023**

## **MERCOSUL - PRESIDENTE DO PARAGUAI VISITARÁ OBRA DA PONTE BIOCEÂNICA**

Santiago Peña irá vistoriar obra que ligará Brasil ao país vizinho

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)





O presidente do Paraguai, Santiago Penã, vai visitar a obra da Ponte Bioceânica na próxima sexta-feira, dia 10. O equipamento vai conectar o Paraguai ao Brasil e é considerado um marco para a integração regional.

Santiago vai vistoriar o andamento dos trabalhos e o cumprimento dos prazos, que estão 40% executados e prometem impulsionar o desenvolvimento econômico e social binacional.

A Ponte Bioceânica também representa o fortalecimento das relações entre os países envolvidos. Após a sua conclusão, espera-se uma redução significativa nos custos de transporte, impulsionando o comércio e a troca de mercadorias.

A ponte também terá um impacto positivo no turismo ao facilitar o acesso a destinos até então distantes e pouco explorados. O aumento do fluxo de pessoas deve trazer crescimento econômico em diversas áreas, como serviços, hotelaria e gastronomia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 08/11/2023**

## PORTUGAL - PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL RENUNCIA APÓS ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO

António Costa está sendo investigado sobre suspeita de corrupção ligada à exploração de lítio e hidrogênio verde

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

O primeiro-ministro de Portugal, António Costa, renunciou após um escândalo que investiga suspeitas de corrupção ligadas à exploração de lítio e hidrogênio verde no país.

Costa anunciou a decisão em comunicado, pela televisão, após encontro com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que convocou o Conselho de Estado para tratar da demissão.

Em seu pronunciamento, o primeiro-ministro garantiu que está “totalmente disponível para cooperar” com a Justiça. “A dignidade das funções de primeiro-ministro não é compatível com qualquer suspeita sobre a sua integridade, a sua boa conduta e muito menos com a suspeita da prática de qualquer ato criminoso”, declarou à imprensa.

Na terça-feira (7), vários edifícios governamentais foram alvo de busca e apreensão, incluindo a residência oficial do primeiro-ministro, o Ministério do Meio Ambiente e a casa do ministro das Infraestruturas, João Galamba.

Inclusive, Galamba e Nuno Lacasta, presidente da agência ambiental APA, foram apontados como suspeitos formais e devem responder pelo caso nos tribunais. Eles ainda não se manifestaram.

Em nota, o Ministério Público confirmou que cinco pessoas foram presas durante as investigações, entre elas Vitor Escaria, chefe de gabinete do primeiro-ministro, e Diogo Lacerda Machado, consultor empresarial e amigo de Costa.

O gabinete do ex-ministro não quis se manifestar.

### Entenda o caso

O caso se refere a uma investigação do Ministério Público de Portugal sobre um escândalo de corrupção e tráfico de influência relacionado a concessões de exploração de lítio no norte do país, a um projeto para a criação de uma central de hidrogênio verde no Porto de Sines e um investimento em um data center na região.

Segundo o MP, a suspeita é de que tenham sido cometidos crimes de prevaricação, corrupção ativa e passiva de políticos e tráfico de influência.

Os procuradores afirmaram em nota que tomaram conhecimento de que os suspeitos usaram o nome e a autoridade de Costa para “desbloquear procedimentos” relacionados aos negócios citados e que o Supremo Tribunal vai analisar o possível papel de Costa nessas negociações.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/11/2023

### SINGAPURA - EXECUTIVOS E AUTORIDADES DO BRASIL APRESENTAM SETOR PORTUÁRIO DO PAÍS EM CINGAPURA



O diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, falou sobre o sistema portuário brasileiro



O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, citou os projetos de qualificação empresarial desenvolvidos pela ACS



Operações de embarque de grãos foram destacadas pelo diretor da Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (PR) André Maragliano



O presidente da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, explicou sobre os modelos de gestão dos terminais brasileiros



A diretora-presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Gilmara Timóteo, apresentou os projetos dos complexos de Salvador, Aratu e Ilhéus



O presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), Marcelo Nery, comentou sobre a atuação dos agentes de navegação no Brasil



Oportunidades de negócios no mercado brasileiro foram citadas pelo presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino



O presidente da Companhia Docas da Paraíba, Ricardo Barbosa, apresentou projetos para melhorar a relação porto-cidade



O vice-presidente da Praticagem do Brasil, Bruno Fonseca, enfatizou a atuação dos práticos nos portos e vias de navegação do País



As atividades do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Litoral Paulista (Sindisan) foram apresentadas pelo seu presidente, André Neiva



O diretor-presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopeps), Régis Prunzel, destacou o papel estratégico de sua categoria nas atividades dos portos brasileiros

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/11/2023



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### RELATOR VAI PEDIR NOVO ESTUDO DA FAZENDA SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA

*Informações: CNN Brasil (08 de novembro de 2023)*

#### ***Ideia é atualizar estudos anteriores e calcular valor do IVA***

O relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que vai pedir uma nova análise do texto dele ao Ministério da Fazenda.

De acordo com o parlamentar, a ideia é atualizar o estudo anterior, que teve como base o texto vindo da Câmara dos Deputados, e assim mensurar o valor do imposto sobre valor agregado (IVA) – que poderá ser o maior do mundo.

“Da mesma forma que eu fui ao Ministério da Fazenda pedir que apresentasse um estudo sobre a alíquota com base no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, nós vamos pedir também um estudo sobre a alíquota do texto aprovado no Senado Federal. Mas o que temos [agora] é um relatório apresentado e em discussão”, disse em sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, nesta terça-feira (7).

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse à imprensa que o número de exceções incluídas por Braga na reforma pode aumentar a estimativa do imposto único do país, o IVA, em 0,5%.

“Em relação à versão que saiu da Câmara, aumenta em cerca de meio ponto [a alíquota padrão]. Não chega a 28%. Como ampliaram as exceções, amplia em cerca de meio ponto [o IVA]. Essa estimativa demos à equipe técnica do Senado. Estamos dando transparência em tudo”, afirmou o ministro na ocasião.

Em setembro, o Ministério da Fazenda fez um estudo, inclusive chancelado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), onde, entre outros pontos, avaliou que a alíquota base do IVA ficaria entre 25% e 27%.

Caso o número ultrapasse esse parâmetro, a alíquota base brasileira pode ser uma das maiores do mundo — podendo ocupar o primeiro lugar.

A nova análise da Fazenda poderá subsidiar os parlamentares em modificar as exceções, seja na reforma tributária, com expectativa de votação na Câmara em 21 de novembro, ou para que elaborem projetos complementares, afim de diminuir a carga para o consumidor.

No entanto, ainda não há prazo para que os técnicos possam fazer o levantamento.

“O que o ministro [Haddad] disse, foi de uma análise do que o Ministério da Fazenda fez sobre o relatório que apresentei no dia 25 [de outubro]. Mas, o [novo] relatório ainda precisa ser aprovado pelo Senado. Ao contrário de merecer críticas, deveria merecer reconhecimento de um esforço de todos nós, nesta Casa, para fazermos o equilíbrio da correlação de forças democráticas. Essa é a primeira reforma tributária a ser executada em regime de democracia neste país”, disse Eduardo Braga nesta terça.



O parlamentar também justificou o número de exceções incluídas no texto de seu relatório. Segundo ele, para cada concessão que foi feita no relatório do dia 25, houve uma redução de concessão concedida pela Câmara dos Deputados.

Ele citou mudanças nas concessões de transportes, cesta básica, conta de luz, entre outros. “Para cada uma das questões, nós fomos milimetricamente fazendo as compensações”, finalizou.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2023*

## **FIESP DEBATE MERCADO DE CARBONO E INICIATIVAS VERDES DOS EUA, UNIÃO EUROPEIA E ÁSIA**

*Informações: FIESP (08 de novembro de 2023)*

Às vésperas da COP 28, esses temas foram avaliados em reunião conjunta das áreas de desenvolvimento sustentável e comércio exterior

Políticas de Precificação do carbono e seus sistemas de comércio de emissões estiveram em pauta em reunião conjunta dos Conselhos Superiores da Fiesp, de Desenvolvimento Sustentável (Condes) e de Comércio Exterior (Coscecx), mais os departamentos de Desenvolvimento Sustentável (DDS) e de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) no dia 31/10.

O tema ficou a cargo de Sergio Fausto, cientista político e diretor executivo da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC) e codiretor do projeto Plataforma Democrática.

Segundo Antonio Carlos Costa, superintendente dos Departamentos do Agronegócio (Deagro), do DDS e do Derex da Fiesp, o objetivo do encontro foi dar enfoque à sustentabilidade, ao comércio exterior, à economia e à descarbonização, interfaces das discussões em torno da 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas.

A COP 28 será realizada em Dubai, nos Emirados Árabes, de 30 de novembro a 12 de dezembro. Costa trouxe à discussão o mecanismo europeu de ajuste de carbono na fronteira, o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), e seus impactos para o Brasil.

O representante da Fundação FHC apresentou paper sobre o contexto das Políticas Industriais Verdes (PIVs) diante da urgência climática e da competição geopolítica e tecnológica entre Estados Unidos, União Europeia (UE) e Ásia.

Para ele, os PIVs envolvem quesitos como competitividade, competição geopolítica e vulnerabilidade das cadeias de valor, o que reforça a demanda por políticas regulatórias e apoio à inovação e soluções tecnológicas. “O que estamos vendo é que os desafios e as incertezas são muito grandes e não dá para minimizar. Temos uma economia baseada em carbono, ou seja, é preciso mudar esse paradigma”, diz Fausto.

Em sua avaliação, as políticas industriais e ambientais/climáticas diferem em seus objetivos, instrumentos e efeitos distributivos e é preciso trabalhar nessa convergência.

De acordo com Fausto, a China, um dos maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE), domina o mercado de energia eólica e, em 2019, foi o principal exportador de bens ambientais (36%) à frente da União Europeia (30%) e dos EUA (15%). Há oito mercados de carbono constituídos no território chinês, que foram sendo testados ao longo dos últimos anos para compreender qual o modelo mais eficiente. Alguns deles incluem indústria, energia e transporte.

Quanto aos EUA, ele explicou que há uma volta à agenda da política industrial, retomada após um período de polarização política e negacionismo climático no governo de Donald Trump (2017-2021), que conta agora com fortes investimentos no governo de Joe Biden.



Os investimentos norte-americanos contemplam projetos avançados de energia, incluindo os que estabelecem instalações de manufatura para produção de equipamentos e veículos de energia limpa, além de crédito fiscal para fabricação doméstica de componentes para energia solar e eólica, por exemplo. Esses incentivos também alcançam a construção e reforma de moradias, rede de transmissão de energia, agricultura, pesca e comunidades locais vulneráveis.

Segundo Fausto, já na União Europeia foram estabelecidas regras específicas para que os Estados ajudem suas indústrias. Essas regras são consideradas essenciais para a manutenção da coesão econômica e social do bloco.

Resiliência, descarbonização e digitalização são os principais objetivos de um pacote de estímulos que utiliza grande variedade de instrumentos financeiros, tais como empréstimos, doações, garantias e compras públicas.

Além do Industry Net Zero Act da União Europeia – instrumento que sintetiza as principais diretrizes e objetivos da sua política industrial, com metas de produção manufatureira e de bens e tecnologias consideradas estratégicas -, há outros pilares complementares. Eles dizem respeito à regulação a fim de garantir o acesso da comunidade às matérias-primas críticas para a devida transição industrial, novas regulações sobre energia, bem como a reforma do mercado europeu de eletricidade e a definição de quadro regulatório para determinados setores, além de regras para a unificação de infraestruturas, inclusive as energéticas.

Fausto também avaliou o Green Deal, plano estratégico de sustentabilidade a fim de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em 55% até 2030 e alcançar a neutralidade climática até 2050, lançado pela UE em 2019.

Na conclusão do paper, ele enfatizou o esforço de mobilização de recursos públicos embutido nessas iniciativas e também uma disputa pelo protagonismo na produção de novas tecnologias verdes e de elevado impacto econômico e climático, que se limita aos grandes players da economia global, praticamente excluindo os demais países.

O cenário global de descarbonização abre oportunidades relevantes para o Brasil dadas as suas vantagens comparativas e elas poderão decidir os vetores de investimento industrial para formar a base de uma onda de industrialização verde no país, segundo Fausto. Cabe ao Brasil incentivar a pesquisa e a inovação e identificar eixos mais promissores a fim de realizar a transição verde de sua indústria.

Também participaram do encontro Pedro da Motta Veiga, bacharel em Ciências Sociais e políticas e mestre em engenharia de produção, e Sandra Polônia Rios, economista e diretora do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 08/11/2023*

## **COPERSUCAR AVANÇA EM SUA ESTRATÉGIA DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM O COMBUSTÍVEL RENOVÁVEL DE AVIAÇÃO (SAF)**

*Informações: Copersucar (08 de novembro de 2023)*

A Copersucar reafirma seu compromisso com a sustentabilidade e sua contribuição para viabilizar soluções em larga escala para a descarbonização, dando mais um passo importante em sua estratégia de transição energética. A companhia, junto à Evoluta Etanol, joint-venture com a Vibra, foram recentemente certificadas para a comercialização de etanol destinado à fabricação de combustíveis aéreos sustentáveis (SAF), enquanto as usinas associadas Barra Grande e São José, do Grupo Zilor também obtiveram a certificação ISCC CORSIA (Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation) em setembro deste ano. O objetivo da Copersucar é certificar todas as usinas associadas.



O SAF, produzido a partir do etanol derivado da cana-de-açúcar, pode ser uma solução com impactos relevantes na indústria da aviação, uma vez que diminui em até 80% o volume total de emissões, quando comparado aos combustíveis fósseis convencionais.

Tomas Manzano, CEO da Copersucar, expressou seu entusiasmo com essa conquista e enfatizou a importância dessa certificação para os mercados nacional e internacional.

“A certificação do etanol brasileiro reforça a importância da contribuição efetiva que o setor sucroenergético e o país podem oferecer aos compromissos de transição energética e para uma economia de baixo carbono. A oferta de fontes de energia seguras, mais limpas e renováveis é um desafio global, e temos o firme compromisso de viabilizar soluções em escala para fazer frente a este desafio.”, completa.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2023*

### **APS BUSCA MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA APOIO NA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE NO PORTO DE SANTOS**

*Informações: Autoridade Portuária de Santos (08 de novembro de 2023)*

Reunião entre presidente da APS, Anderson Pomini, e a ministra Luciana Santos ocorreu nesta terça (07), em Brasília

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, esteve nesta terça-feira (07) em audiência com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, em Brasília, para solicitar apoio do Ministério ao projeto de produção de hidrogênio verde no Porto de Santos.

**“No Porto, já temos uma usina hidroelétrica, chamada Itatinga. A partir de instalação de um eletrolisador junto à Usina de Itatinga, a APS teria condições de produzir o hidrogênio verde com a água abundante que tem à disposição, depois armazená-lo, transportá-lo por vários modais, inclusive dutos, até os consumidores, que seriam os terminais portuários, navios acostados no cais, além de empresas, indústrias e moradias da região. Há também a possibilidade de exportar o excedente”, explica o presidente da APS.**

Com a produção de hidrogênio verde, uma das iniciativas é a eletrificação do cais, permitindo que os navios atracados deixem de usar, no Porto, combustível fóssil. É um dos principais projetos associados à ideia de um porto mais sustentável.

Na audiência, Pomini também apresentou à ministra o projeto de implementação de um centro tecnológico, que seja uma referência em tecnologia portuária com a presença de incubadoras e startups, na área revitalizada do Parque Valongo.

A ministra Luciana Santos indicou apoio ao projeto de produção de hidrogênio verde: “Estamos focados na transição energética, é nossa prioridade e o que vocês apresentaram aqui vai ao encontro do que defendemos”, disse ela. “É uma área que lideramos, temos uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e vocês, com a usina hidroelétrica, têm uma variável de competitividade que os coloca em posição mais estratégica para avançar nesse desafio”, acrescentou.

A ministra Luciana Santos sugeriu ainda que uma forma de apoio do MCTI ao projeto poderia ser feita por meio dos editais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 08/11/2023*

### **A ESTRATÉGIA DA ADM PARA EXPORTAR MAIS SOJA DO BRASIL**

*Informações: The Agribiz (08 de novembro de 2023)*



Trading espera ampliar participação nas exportações em 2024 com novo terminal em Paranaguá e outros dois no Arco Norte

A ADM está prestes a assinar um acordo para operar um novo terminal de grãos no porto de Paranaguá, o que ajudará a trading americana a aumentar a sua participação nas exportações brasileiras de soja e de milho no próximo ano, disse Luciano Souza, diretor de grãos da ADM no Brasil.

O terminal, com capacidade de exportação de 3 milhões de toneladas por ano, está sendo construído por um terceiro em um novo corredor para embarques de grãos em Paranaguá.

***“Devemos operar esse terminal junto com outra trading”, contou Souza ao The Agribiz, sem revelar mais detalhes porque o acordo ainda não foi assinado.***

Também para a próxima safra, a ADM pretende aumentar os embarques a partir do terminal Novo Remanso, no porto de Itacoatiara (AM), e em Barra dos Coqueiros (SE), onde desenvolveu uma logística que possibilita exportações de soja em grão, e não somente de farelo como algumas empresas operam ali.

Com os três terminais adicionados ao line-up, a ADM espera aumentar o seu market share nas exportações de soja do Brasil para 13% em 2024 ante os 11,5% atuais, disse Souza. A companhia também deve elevar a sua participação nos embarques de milho, hoje em torno de 13%.

***“Continuamos discutindo investimentos internos ou de terceiros para que possamos aumentar a capacidade de exportação o mais rápido possível”, disse Souza.***

O presidente da ADM para América Latina, Domingo Lastra, reforçou que a prioridade da empresa para investimentos da companhia no Brasil é em logística. Ambos participaram, nesta terça-feira, de um evento para jornalistas no centro de inovação da ADM em Hortolândia (SP).

### **Arco Norte**

A seca no norte do País continua limitando as exportações de grãos pelo Arco Norte, segundo Souza. As barcaças estão navegando pelo rio Madeira com cerca de um terço da capacidade, mas os embarques em navios no porto de Itacoatiara estão praticamente suspensos porque não há calado para os navios atracarem. “Estamos deslocando para outros terminais”, disse Souza, citando outros terminais da região, como Barcarena.

Depois da redução do programa de embarques em setembro e outubro, o executivo espera uma recuperação nas próximas semanas, pois começam a aparecer sinais de melhora no nível da água do Madeira.

***“Os mais experientes afirmam que, em anos de baixa extrema dos rios como aconteceu, a recuperação também foi rápida. É o que esperamos para poder acelerar os embarques a partir da segunda quinzena de novembro. Ainda tem bastante milho para exportar por lá”.***

**Fonte:** O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

**Data:** 08/11/2023



**JORNAL O GLOBO – RJ**

**REFORMA TRIBUTÁRIA: GOVERNISTAS NO SENADO REFORÇAM TROPA DE CHOQUE PARA ÚLTIMAS NEGOCIAÇÕES NO PLENÁRIO**

PEC deve ser votada ainda hoje, com finalização nesta quinta-feira. Governo aposta em até 52 votos favoráveis

*Por Victoria Abel e Camila Turtelli — Brasília*



**Parlamentares reunidos no plenário do Senado — Foto: Victoria Abel/O Globo**

As costuras políticas de última hora estão a pleno vapor no plenário do Senado, momentos antes da votação da Reforma Tributária. A tropa de choque governista ganhou reforço de dois dos senadores mais influentes da Casa: Davi Alcolumbre (União-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL) circulam entre as bancadas na tentativa de convencer mais senadores a entregarem o voto sim. Líderes do governo apostam num placar entre 50 e 52 votos.

O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta na Câmara, e o secretário do Ministério da Fazenda Bernard Appy também se unem aos líderes partidários e acertam possíveis alterações do texto junto com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM). Appy é o autor da proposta inicial aprovada na Câmara e secretário de Reforma Tributária da Fazenda.

Aguinaldo Ribeiro trabalha para afinar o texto votado no Senado. O objetivo é que as alterações cheguem minimamente acordadas na Câmara dos Deputados, que precisará analisar novamente a PEC.

### **Benefício a montadoras**

Um dos pontos mais polêmicos em discussão entre os senadores é a manutenção ou não do artigo 19 do projeto, que mantém e amplia a isenção à produção de veículos elétricos e movidos a etanol.

A manutenção será válida para plantas de fábricas aprovadas ou implantadas até dezembro de 2025. O benefício atende, principalmente, governadores do Nordeste, que fecharam contratos recentemente com indústrias automotivas chinesas, por exemplo.

Senadores afirmam que montadoras que atual em outras regiões do país, como Chevrolet e Volkswagen, estavam circulando pelo salão azul.

O trecho provavelmente será votado em destaque, como a possibilidade de ser retirado do texto. A votação deve ser apertada, mas os votos de Norte e Nordeste devem pesar mais, de acordo com os parlamentares

— É um destaque que não vai seguir a lógica governo e oposição, mas uma lógica regional — disse o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB).

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2023*

## **GOVERNADORES DO SUL E SUDESTE VÃO ORIENTAR VOTO CONTRÁRIO À REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO**

Cláudio Castro, do Rio, Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, e Ratinho Júnior, do Paraná, afirmaram que mudanças feitas pela relator Eduardo Braga desfiguraram a Reforma

*Por Renan Monteiro e Alvaro Gribel — Brasília*

Governadores do Sul e do Sudeste defenderam na tarde desta quarta-feira o adiamento da votação da Reforma Tributária no Senado. Caso o texto vá à votação hoje, como previu o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a orientação deles a ser dada aos senadores dessas regiões será para votar contra o projeto, informaram os governadores Cláudio Castro, do Rio de Janeiro,





Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, e Ratinho Júnior, do Paraná. Eles estiveram com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília.

— ***Vamos soltar uma nota nos posicionando. Além de pedir aos senadores que representam cada estado para que votem contra, porque isso está indo contra os nossos estados. Falo em nome de todos, apenas não em nome do governador Renato Casagrande, do Espírito Santo, que não veio para esse encontro — disse Ratinho Junior.***

Os governadores questionaram pelo menos três pontos da reforma no Senado: incentivos tributários dados a montadoras nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que segundo eles foram dados sem contrapartidas tecnológicas e ambientais; sobretaxas a produtos importados de fora do Brasil e que sejam produzidos na Zona Franca de Manaus; e mudanças no Conselho Federativo, que, na visão deles, irão tirar autonomia dos governos estaduais e aumentarão poderes do Congresso.

Nesta quarta-feira, três das maiores montadoras do País (General Motors, Toyota e Volkswagen) publicaram uma carta aberta em que pedem a exclusão dos trechos da Reforma Tributária que prorrogam o prazo de incentivos fiscais para montadoras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para até 2032.

— ***Isso (incentivos para outras regiões) gera desequilíbrio concorrencial e as montadoras que estão instaladas nos nossos estados apresentam forte reação em relação a isso, que afeta investimento nos nossos estados — afirmou Eduardo Leite.***

### Fundo Regional

Claudio Castro afirmou que o Fundo de Desenvolvimento Regional (FRD) já ajudou as regiões do Norte e Nordeste e tiveram recursos aumentando no Senado, de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões.

— ***Nós não fomos contra que o Fundo de Desenvolvimento Regional ajudasse as regiões. Essas (regiões) que estão pedindo novos benefícios já estão contempladas em situações que o Sul e Sudeste não estão. A proposta da Câmara foi exatamente tirar os incentivos de todos, mas daria o Fundo. Eles estão querendo mais ainda benefícios — mencionou o governador do Rio de Janeiro.***

A regra atual de divisão do FRF prevê 70% do repasse via Fundo de Participação dos Estados (FPE), beneficiando o Norte e Nordeste. Os 30% restante seria por critérios populacionais, o que atende ao Sudeste.

### 'Desconforto' ao Sul e Sudeste

Eduardo Leite pontuou também que as regiões Norte e Nordeste conseguiram novas vantagens, o que aumentou o desequilíbrio, na sua visão.

— A Reforma era mais palatável quando saiu da Câmara. O relatório do relator Eduardo Braga apresenta medidas que geram um especial desconforto aos estados do Sul e Sudeste — pontuou.

O governador afirmou que as mudanças acatadas pelo senador Eduardo Braga desconfiguraram o Conselho Federativo.

— Também questiono a retirada do poder do Conselho Federativo, nós discutimos muito e está sendo transferida para o Congresso Nacional a competência da política tributária. O Conselho está sendo reduzido a um comitê operacional. Só que uma coisa é cedermos parte da autonomia dos estados a um conselho onde vão estar participantes de todos os governos. Outra coisa é ser definido pelos congressistas — disse Leite.

Ratinho Júnior afirmou que o novo texto irá aumentar a guerra fiscal entre os estados:

— A Reforma Tributária tem como uma das suas missões acabar ou ficar próximo de zerar a guerra fiscal. Esse novo relatório aumenta a guerra fiscal dos estados, divide as regiões, isso é muito ruim.

### Zona Franca

Um dos entraves citados pelos governadores foi a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que incidiria sobre todos os produtos de fora da Zona Franca. Essa foi a solução encontrada pelo relator no Senado para manter a competitividade das empresas de lá em relação às empresas do restante do Brasil

O argumento dos governadores do Sul e Sudeste é que essa Cide encareceria os produtos concorrentes, como outras motos e outras TVs.

Com a Reforma Tributária, haverá o fim do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). É por meio deste tributo que são concedidos atualmente os benefícios fiscais às empresas instaladas na Zona Franca.

### Renegociação da dívida

O motivo da reunião com Haddad foi um pedido para que a dívida dos estados com a União passe a ser corrigida por uma taxa de 3% ao ano, que hoje é IPCA mais 4% e encargos vinculados à Selic. Segundo Leite, houve aumento de 15% no pagamento desses estados à União. Por isso, haverá também um pedido de desconto dessas despesas.

— Somente este ano o estoque da dívida dos estados está subindo R\$ 10 bilhões por conta da alta da Selic. Isso está tirando dinheiro do caixa e afetando serviços essenciais à população — disse Leite.

Segundo o governador, a área técnica da Fazenda vai avaliar o pedido. Os governadores não pediram prazo, mas disseram que a solução precisa acontecer o “quanto antes”.

— Se isso não for endereçado vai significar sufocamento dos estados importantes da federação na sua capacidade e, conseqüentemente, onerar a federação como um todo. O Ministro recebeu bem a nossa apresentação e pediu um tempo para fazer análise — complementou o governador.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2023*

## REVOGAÇÃO DE RESTRIÇÃO DE 400 KM PARA VOOS NO SANTOS DUMONT SERÁ PUBLICADA NESTA QUINTA

Após a revogação, governo, Anac e Infraero irão determinar a nova capacidade do aeroporto

*Por Mariana Barbosa*



**Aeroporto Santos Dumont: governo abandonará restrição por raio de 400km por limite de passageiros — Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo**

A revogação da resolução do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) que limitou a operação no Santos Dumont a voos com chegadas e partidas a um raio de 400 quilômetros será publicada na edição desta quinta-feira (09) do Diário Oficial da União.

Após a revogação, o Ministério dos Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) irão estabelecer, junto com a Infraero, estatal que opera o aeroporto do Rio, o novo limite de capacidade.

Hoje a capacidade do Santos Dumont está limitada em 10 milhões de passageiros ao ano. O governo vai reduzir essa capacidade para 6,5 milhões ao ano com base em critérios de conforto para a infraestrutura do terminal de passageiros, visando, com isso, estimular a demanda no aeroporto internacional RIOGaleão.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2023*

### **MEDIDA QUE GARANTE R\$ 35 BI SERÁ VOTADA NESTE ANO, DIZ HADDAD APÓS REUNIÃO COM LÍDERES DA CÂMARA**

Haddad se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e diversos líderes partidários

*Por Renan Monteiro e Gabriel Sabóia — Brasília*



***Laços. Observado por Pacheco, Haddad cumprimenta Lira: ministro da Fazenda angaria apoios no Congresso em fase de turbulência na articulação — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

Após reunião com líderes da Câmara, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu como certa a aprovação neste ano da proposta de tributação de grandes empresas com benefícios fiscais de ICMS. Uma medida provisória (MP) enviada sobre o tema perde validade no fim de 2023. Um projeto de lei também foi encaminhado sobre o mesmo tema.

Haddad se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), nesta manhã e diversos líderes de partidos. Lira não ficou até o fim da reunião e não falou após o encontro.

— Nós fizemos uma boa explicação (aos deputados). Ficou compreendido o problema, a natureza do problema. Como todo o projeto da Fazenda, desde o começo do ano, é uma construção que vai buscando convergência. São matérias difíceis, complexas tecnicamente — disse. — Nós vamos aprovar esse ano — complementou, em conversa com jornalistas na Fazenda.

A MP garante mais de R\$ 35 bilhões em 2024. É uma das principais propostas para reforçar o caixa do governo no próximo ano e a atingir a meta de déficit zero, contestada por integrantes do governo.

O governo quer regulamentar a cobrança de impostos federais sobre as empresas com incentivos fiscais, especificamente aqueles destinados ao dia a dia das companhias (custeio).

Se não houver solução no Congresso, o Ministério da Fazenda vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), segundo informou ao GLOBO o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

São 493 empresas beneficiadas por essa dinâmica de tributação, iniciada com a lei complementar de 2017. Esse é um dos principais exemplos do que o ministro Fernando Haddad vem definindo como "erosão" da base fiscal. Isso significa que há uma diminuição do valor sobre o qual são incididos os impostos federais.

— As bancadas partidárias estão abertas a nos ouvir. As lideranças, todas, nós ouvimos hoje. Tiraram muitas dúvidas sobre o propósito e a origem do problema. Um jabuti de 2017 que nós vamos resolver em 2023 — disse Haddad.

O ministro também diz que a Fazenda ficou com a tarefa de esclarecer, para os deputados, alguns pontos da MP, sem entrar em detalhar.

— Há uma preocupação sobre o passivo das empresas com a Receita Federal. Há toda uma ordem de preocupação em que vamos ter que estudar um pouquinho para buscar soluções.

Um dos presentes na reunião, o líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), afirmou que não haverá obstrução ao prosseguimento da medida arrecadatória e de ajuste da base fiscal. O líder também diz que ficou acordado a votação para este ano.

— Ouvimos a explanação do Haddad e agora cabe ao presidente Lira articular se esta medida irá a plenário como MP ou PL, embora nós, deputados, preferimos que seja via MP. Não colocamos nenhuma condição ou cargo para que o projeto ande — afirmou.

No trâmite de MPs, Câmara dos Deputados e Senado Federal analisam concomitantemente, depois o texto segue para a primeira casa e termina na segunda. A MP das subvenções ainda precisa de relator nomeado e Comissão Mista instalada.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 08/11/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### REFORMA TRIBUTÁRIA: GOVERNADORES DO SUL E SUDESTE CRITICAM TEXTO E PEDEM VOTO CONTRÁRIO DE SENADORES

Um dos principais pontos de divergência são os incentivos a montadoras, especialmente no Nordeste; Cide específica para Zona Franca de Manaus também recebeu críticas

*Por Fernanda Trisotto e Amanda Pupo*

Brasília - Governadores do Sul e Sudeste criticaram o texto da reforma tributária previsto para ser votado no plenário do Senado nesta quarta-feira, 8, e cogitam pedir mudanças no projeto ou o voto contrário de seus senadores. As declarações foram feitas após o grupo do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“A reforma tributária da forma como saiu da Câmara dos Deputados, embora pudesse ter alguns questionamentos, era mais palatável aos Estados do Sul e Sudeste. O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresenta medidas que geram especial desconforto aos nossos Estados”, afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que preside o Cosud. “Estamos conversando com os senadores para não permitir que a reforma avance da forma como está.”

Esse discurso foi reiterado pelo governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD). “Do jeito que está, a reforma desconstrói o que foi construído na Câmara e trouxe equilíbrio. A reforma tributária tem como missão acabar ou zerar a guerra fiscal, mas o texto atual aumenta a guerra fiscal entre os Estados. Entendemos que como está no Senado não deve andar essa reforma tributária, seria um retrocesso ao Brasil. Vamos pedir aos senadores que representam cada Estado para que votem contra, porque isso vai contra os interesses dos Estados”, disse.



**Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (E) e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, durante reunião do Cosud, em outubro Foto: Alex Silva/Estadão**

Ele explicou que a ideia é pedir aos senadores que tentem retirar as emendas acatadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que não travaria a reforma. Se não houver avanço nessa frente, o pedido será pelo voto contrário. Por isso, eles defendem um adiamento da votação, para terem tempo para conversar com os senadores.

### Pontos de divergência

Leite citou como um problema os incentivos à indústria automotiva, com a extensão de benefícios fiscais para montadoras. “A retomada do incentivo automotivo para outras regiões, que não apenas incentivarão novas tecnologias, mas constou no relatório incentivo a veículos produzidos com motor a combustão. As montadoras instaladas nos nossos Estados apresentam forte reação a isso, e gera um desequilíbrio concorrencial”, disse.

Ele também disse que os Estados do Sul e Sudeste discordam da instituição de uma Cide específica para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus. Particularmente, Leite questionou a retirada de poder do Conselho Federativo, que funcionará como um comitê gestor para a repartição dos recursos do futuro tributo que será dividido entre Estados e municípios. Parte das atribuições do Conselho foi transferida para o Congresso. Durante a discussão na Câmara, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi um dos que mais defenderam mudanças nesse ponto.

“Estão reduzindo o conselho para um comitê operacional. Uma coisa é ceder parte da autonomia a um conselho que terá participantes que representam os governos estaduais, que têm obrigação de arrecadar e pagar as contas. Outra coisa é ser definido no âmbito do Congresso, pelos senadores e deputados que não são responsáveis pela arrecadação e equilíbrio das contas. Ceder autonomia dos Estados para o Congresso, que infelizmente tem feito muitos movimentos de colocar mais despesas e tirar receitas dos entes federativos, nos gera muita preocupação”, disse.

Entre os pontos de divergência, o governador Ratinho Jr. citou os benefícios do setor automotivo e alguns incentivos agrícolas para insumos, componentes e autopeças. O argumento é que isso criará desequilíbrio entre os Estados. O governador do Rio de Janeiro, Claudio Castro (PL), ressaltou que os Estados do Sul e Sudeste não foram contrários aos fundos e benefícios específicos, incluindo o Fundo de Desenvolvimento Regional, mas pontuou que as regiões já sofrem com menos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e deve ser perpetuado.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 08/11/2023*

### ALCOLUMBRE LIDERA EMENDA QUE AMPLIA ALCANCE DE FUNDO DO AMAZONAS PARA SEU PRÓPRIO ESTADO

Proposta assinada pelo presidente da CCJ estende o fundo abastecido com dinheiro da União aos Estados do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima  
*Por Bianca Lima e Adriana Fernandes*

BRASÍLIA - O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e um dos nomes fortes para suceder a Rodrigo Pacheco (PSD-MG) no comando do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), apresentou uma emenda de última hora para ampliar o alcance do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica, que visa compensar eventual perda de arrecadação do Estado do Amazonas com a reforma tributária.

A emenda estende o fundo abastecido com dinheiro da União aos Estados da Amazônia Ocidental - que, além do Amazonas, inclui Acre, Rondônia e Roraima - e também ao Amapá. A proposta atende ao próprio Alcolumbre, que representa o Amapá, e aos interesses dos dois outros signatários principais: senadores Dr. Hiran (PP-RR) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR), ambos de Roraima.

A proposta também conta com o apoio de outros 24 senadores, como Tereza Cristina (PP/MS) e Ciro Nogueira (PP/PI). Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o regimento do Senado determina que as emendas ao texto sejam assinadas por, no mínimo, um terço dos membros do Senado (27 parlamentares).

Os senadores alegam que o fundo, como está previsto na PEC, criará uma “distinção injustificável” entre as Áreas de Livre Comércio (ALC) dentro e fora do Estado do Amazonas. Essas áreas estão

localizadas em cidades de fronteiras internacionais, ao longo da Amazônia Ocidental, e contam com incentivos fiscais.



**Proposta assinada pelo presidente da CCJ estende o fundo abastecido com dinheiro da União aos Estados do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima** Foto: Dida Sampaio/Estadão

“Com tais alterações, o novo fundo de compensação e desenvolvimento garantiria paridade no tratamento entre a ZFM (Zona Franca de Manaus) e as ALCs na busca pela sustentabilidade e pela diversificação econômica e ambiental”, afirma o texto da emenda.

Os senadores ainda afirmam que “nada impediria que a lei complementar destinasse mais recursos ao Estado do Amazonas, dado o seu maior protagonismo entre os estados com ALCs”.

O valor do fundo só será definido após a aprovação da PEC, por legislação complementar. No total, serão três grandes fundos bancados pela União com o objetivo de viabilizar a reforma tributária.

No caso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), os aportes anuais chegarão a R\$ 60 bilhões. Já o Fundo de Compensação, que vai vigorar até 2032, terá aportes de até R\$ 32 bilhões. A PEC não estabelece medidas compensatórias para esses novos gastos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 08/11/2023

## REFORMA TRIBUTÁRIA: LEIA A ÍNTEGRA DO TEXTO APROVADO NA CCJ DO SENADO

Texto ainda será votado no plenário da Casa, onde, para ser aprovado, precisa do apoio de três quintos dos parlamentares em dois turnos de votação

**Por Redação**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou a reforma tributária nesta terça-feira, 7. Foram seis horas de deliberações e a oposição tentou adiar a votação, mas o placar terminou com 20 votos favoráveis e 6 contrários. Todos os destaques foram rejeitados pelo colegiado.

A próxima etapa será a votação no plenário da Casa, prevista para esta semana. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), será necessário o apoio de três quintos dos parlamentares em dois turnos de votação, ou seja, 49 votos favoráveis dentre 81 senadores.



**CCJ do Senado Federal aprovou a reforma tributária, com 20 votos favoráveis e 6 contrários.** Foto: Wilton Junior/Estadão

Na terça-feira, dia da votação na CCJ, o relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou um complemento de voto, em que acatou mais de 30 emendas, aumentando o número de setores com tratamento diferenciado, ampliando o uso do cashback e atendendo a interesses de governadores do Centro-Oeste e Nordeste. As novas concessões foram feitas para angariar os votos necessários para a

aprovação na CCJ.

É possível ler o parecer da CCJ, contendo o relatório de Braga e seu complemento de voto, ***clicando aqui***.

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9498046&ts=1699449316383&disposition=inline>

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 08/11/2023

## ‘SUSTENTABILIDADE ESTÁ NO DNA DA NOSSA EMPRESA’, DIZ CEO DA SUZANO

Para Walter Schalka, preservar o planeta não é meta de um governo, mas de 8 bilhões de pessoas  
*Por Sonia Racy*

### ENTREVISTA COM

***Walther Schalka - CEO da Suzano Papel e Celulose***

A rotina de Walther Schalka na Suzano, que ele comanda desde 2013, não é pouca coisa. Maior produtora de celulose do mundo, que planta 1,2 milhão de eucaliptos por dia, ela está investindo neste ano R\$ 18,5 bilhões, operando hubs na China, no Canadá e em Israel e exportando para um mercado de 2 bilhões de pessoas em 110 países, o que equivale a 18% do mercado global de celulose. Seu modus operandi, resume Schalka, é uma conexão entre inovação e sustentabilidade – que, para ele, constitui “o DNA da companhia”. Com um pé na academia e outro no compromisso com o futuro do planeta.

“É inexorável que temos de diminuir nossas emissões no mundo”, adverte o empresário, nesta entrevista a Cenários. A questão climática, avisa, “é um jogo no qual ou todo mundo ganha ou todo mundo perde”. A seguir, os principais trechos da conversa:

### **A Suzano criou na China um hub de inovabilidade. O que é, e como funciona?**

É a visão de futuro da empresa, uma conexão entre inovação e sustentabilidade. Ano que vem, completamos 100 anos e a inovação está no nosso DNA, assim como a sustentabilidade. A China será uma das fronteiras de crescimento nos próximos tempos – e, inevitavelmente, a maior economia do planeta. O hub é para marcar uma forte presença, com uma relação comercial construída nos últimos 40 anos.

### **Em suma, é uma estratégia global da empresa...**

Sim. Também temos hubs de inovabilidade em Israel e no Canadá. Nós acreditamos na busca de ideias ligadas à academia. Atualmente, exportamos para 110 países – ou seja, cerca de 2 bilhões de pessoas consomem nossos produtos. São cerca de 18% do mercado global de celulose, com forte participação nos mercados americano, europeu e chinês. Em 2024, vamos inaugurar uma nova fábrica em Mato Grosso do Sul com capacidade para mais 2,5 milhões de toneladas de celulose. O maior investimento privado do Brasil, de R\$ 22 bilhões.



***Walter Schalka, presidente da Suzano, defende sustentabilidade como fundamental para o futuro dos negócios Foto: FELIPE RAU / ESTADÃO***

### **O preço da celulose está em queda. Como funciona esse ciclo para vocês?**

A celulose é uma commodity com variação de preço como qualquer outra. Hoje, plantamos 1,2 milhão de árvores a cada dia, aumentando a base fundiária e florestal para atender às demandas do mercado. Nos 11 anos em que estou na Suzano, esse é o quarto ciclo de queda de preço que eu vivencio. Ele desce de elevador e depois sobe de escada. Nesse momento, subimos gradativamente.

***Como foi essa caminhada da Suzano para se tornar a maior do mundo no setor?***

A competitividade é base fundamental desse crescimento. Hoje, a média de custo da celulose pela Suzano é da ordem de US\$ 180 por tonelada, enquanto nossos players europeus estão em US\$ 550; os chineses, em US\$ 580; e os canadenses, em US\$ 600. Esse diferencial competitivo começa no plantio das nossas árvores e continua nas fábricas ultramodernas e numa logística muito bem preparada. Esse nível de competitividade leva a uma geração de caixa constante. E reinvestimos 90% dessa geração, preparando o futuro. Já inauguramos uma fábrica na Finlândia com uma startup de lá. E outro passo que precisa de mais maturidade tecnológica é o do biocombustível.

### ***Sim. E, no geral, de que modo a Suzano trata a questão da sustentabilidade?***

Acreditamos que, com o plantio das árvores – eminentemente, o eucalipto –, podemos transformar a sociedade global. O mundo da sustentabilidade é o da colaboração. O problema mais relevante é a crise climática. É inexorável que temos de diminuir nossas emissões no planeta. Já estamos no lado certo da equação, somos ‘carbono-negativo’, auditados por certificadoras internacionais. Tem outro eixo muito importante, que é a biodiversidade: temos um milhão de hectares de áreas nativas e vamos interligar metade disso a um milhão de hectares com corredores de biodiversidade.

### ***À luz da COP de Glasgow, que outros compromissos tem com a Agenda 2030?***

Além da questão climática, a diminuição da pobreza. Nossa meta é tirar 200 mil pessoas da pobreza até 2030, fazendo com que elas tenham renda sustentável. Não é filantropia, é renda sustentável. Poucas pessoas sabem, mas a Suzano é a maior produtora de mel do Brasil – e a receita disso é inteiramente destinada às comunidades. Elas trabalham com nosso eucalipto, nós fornecemos as roupas e equipamentos, e ajudamos com a distribuição desse mel que gera renda a partir de cooperativas. No total, investimos cerca de R\$ 100 milhões por ano em programas sociais.

### ***Governo à parte, qual é, a seu ver, o papel da iniciativa privada na busca da sustentabilidade?***

Apreendi ao longo do tempo que a responsabilidade da empresa vai além da nossa cerca. Essa ficha caiu há muito tempo, só que agora tem as três letrinhas, ESG. Não é só função dos governos, se trata de um jogo com 8 bilhões de pessoas, onde ou todos ganham ou todos perdem. Nós também temos a responsabilidade de assumir as questões como a crise climática, a da pobreza e a da diversidade. De criar um mundo melhor para essas 8 bilhões de pessoas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 08/11/2023*

ECONÔMICO  
**Valor**

Informação que vira dinheiro.

## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **LULA PROMETE VOLTAR A INVESTIR NA TRANSNORDESTINA**

Presidente diz que dará atenção ao Nordeste e vai 'repor' o que foi tirado da região

*Por Renan Truffi, Valor — Brasília*



***Ministro dos Transportes, Renan Filho, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quarta-feira (8) que seu governo vai voltar a investir na chamada Transnordestina, ferrovia brasileira projetada, originalmente, para ligar o Porto de Pecém, no Ceará, até o cerrado do Piauí.

Lula falou sobre o assunto durante evento, no Palácio do Planalto, no qual assinou a ordem de serviço da duplicação da BR-423, no trecho de 43,1 quilômetros entre as cidades pernambucanas de São Caetano e Lajedo. O ato contou também com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho.





Em seu discurso, Lula disse que não pretende privilegiar um Estado em detrimento de outros, mas disse que a região Nordeste precisa de "decência". "Eu não quero tirar nada de nenhuma região. Eu quero apenas repor aquilo que nunca deveriam ter tirado do Nordeste, que é o direito à decência. Vamos retomar a Transnordestina que tem, para mim, um valor muito simbólico", explicou. "Vamos fazer isso [transnordestina] até Pecém, até Suape", emendou.

Em seguida, Lula lembrou da transposição do Rio São Francisco, cuja obra integra o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – lançado em agosto – no eixo "Água Para Todos". "Por isso que tomamos a decisão de fazer a transposição do Rio São Francisco.

A transposição era algo que o próprio Dom Pedro II [Imperador do Brasil], queria fazer. O mapa da transposição é o mesmo que um engenheiro alemão desenhou naquela época. E muita gente era contra [a ideia da transposição do Rio São Francisco]", acrescentou.

A rodovia BR-423 é importante porque faz a ligação dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, integrando as cidades de Garanhuns (PE), Ouro Branco (AL) e Paulo Afonso (BA). Todo o empreendimento está incluído no Novo PAC, e tem um investimento público previsto de R\$ 554 milhões.

"Quando finalizada, beneficiará diretamente cerca de 300 mil habitantes e possibilitará a redução de acidentes e fretes na região, que se destaca pela produção leiteira e avícola e pelo potencial turístico", diz o comunicado do governo federal.

Durante o evento no Planalto, Lula disse que o Brasil vivia um "apagão internacional" e seu governo teve que "reconstruir" a imagem do país no exterior. As críticas foram uma indireta à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Tive que reconstruir a imagem do Brasil no exterior, era como se tivesse um apagão internacional. O Brasil não era esperado por nenhum país. O país que já foi a sexta economia do mundo estava praticamente fora do mapa das relações internacionais. Nós resolvemos, então, recolocar o Brasil no mapa e voltamos com muita credibilidade. Em nenhum momento da história, esse país foi visto com tanta importância e com tanta gente querendo investir aqui. Hoje somos o segundo país em opção para investimento externo, só perdendo para os EUA", defendeu.

O presidente disse que agora, no segundo ano do seu mandato, vai focar em viajar o Brasil. "Se eu tive que viajar para que a gente pudesse reconstruir a imagem do Brasil no exterior, eu quero que vocês saibam que agora vou me dedicar a viajar este país. Quero dizer que vai ter muito investimento em educação e em todas as áreas. O que vai fazer este país ficar feliz é o povo com emprego e a massa salarial podendo viajar. Se for para inaugurar uma fábrica de palito de fósforo, eu lá estarei", defendeu.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 08/11/2023**

## DISPUTE BOARDS E O NOVO PAC: UMA QUESTÃO DE URGÊNCIA

O lançamento dessa nova versão visa a repetir o impacto positivo que o primeiro PAC, lançado em 2007, projetou sobre a economia brasileira  
**Por Ricardo Medina Salla e Mateus Pires Zottarelli**

O governo federal apresentou recentemente uma nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para o qual se estimam investimentos públicos e privados de aproximadamente R\$ 1 trilhão, pelo período de quatro anos.

O lançamento dessa nova versão do PAC visa a repetir o impacto positivo que a sua primeira versão, lançada em 2007, projetou sobre a economia brasileira. De fato, o primeiro PAC deu um verdadeiro empurrão no país, e fez com que o Brasil desses passos largos para escapar da inércia que refreava



o seu desenvolvimento. Foram movimentos importantes que pretendiam superar velhos gargalos, e que, em certa medida, se mostraram exitosos, com a construção de novas rodovias, portos, aeroportos, ativos energéticos e tantos outros.

Apesar disso, o Primeiro PAC também enfrentou uma série de desafios e obstáculos operacionais que culminaram em atrasos, obras inacabadas e enormes desperdícios. Muito mais que a corrupção, que, por si só, fez desmoronar a credibilidade de diversos investimentos, os atores envolvidos em projetos de grande envergadura se depararam com graves entraves burocráticos, planejamento inadequado e controvérsias avolumadas, que quase fizeram naufragar a eficiência e objetivo do programa.

Esse conjunto de percalços não apenas inflou os custos dos empreendimentos, como também impediu o aproveitamento pleno dos benefícios econômicos e sociais das obras. O resultado foi a frustração do interesse coletivo, que minou a confiança, até então depositada no governo, de conduzir projetos vultosos de forma segura e eficaz.

Daí que, com o Novo PAC, urge a necessidade de se colocar em prática, de uma vez por todas, solução viável para enfrentar e mitigar os problemas que, desde já, podem ser vislumbrados nos rumos que as futuras obras virão a trilhar.

Essa solução reside na implementação dos chamados Disputes Boards (DBs), ou Conselhos de Resolução de Disputas, vocacionados a conferir maior transparência, agilidade e responsividade à execução projetos de infraestrutura, minimizando litígios, bem como os riscos de atrasos, sobrecustos e abandono de obras.

Em suma, os DBs são constituídos por um ou mais profissionais imparciais e independentes, que acompanham assiduamente o andamento das obras, com a missão de prevenir o surgimento de conflitos resultantes do natural desgaste entre partes envolvidas em contratos de execução continuada. E nas ocasiões em que não puderem preveni-los, os DBs são extremamente eficientes em pacificá-los, seja por meio da emissão de recomendações de soluções às partes, seja por meio da prolação de decisões vinculantes, e que devem ser imediatamente respeitadas.

De acordo a Dispute Resolution Board Foundation (DRBF), organização internacional sem fins lucrativos dedicada à promoção dos DBs, cerca de 97% das disputas que surgem no decorrer de contratos, que têm previsão de DBs, são resolvidas internamente, sem a necessidade de que as partes contratantes tenham que recorrer à arbitragem ou ao Poder Judiciário. Isso, porque as controvérsias não se acumulam em pleitos infundáveis e de montas estratosféricas. Pelo contrário, quando há DB instalado, os impasses são resolvidos quase que instantaneamente.

A despeito de tudo isso, e apesar de a nova lei de licitações no Brasil, promulgada em 2021, já reconhecer os DBs como ferramenta idônea à prevenção e saneamento de disputas, a implementação efetiva do mecanismo no território nacional tem enfrentado grandes desafios, sobretudo em razão da ausência de regulamentação específica.

Tanto o Tribunal de Contas da União (TCU) quanto outros órgãos de fiscalização expressaram preocupações sobre a falta de uma regulamentação detalhada, sob o argumento de que isso poderia comprometer a clareza e a eficácia do processo. Especificamente, o TCU suscita que a ausência de regulamentação sobre o tema acaba gerando lacunas e eventuais ambiguidades na forma como os DBs devem operar e ser instalados no âmbito dos contratos públicos.

Por esse motivo, é particularmente relevante que o Projeto de Lei (PL) 2421/2021, que busca estabelecer regulamentação específica para os DBs, tenha progresso célere na Câmara dos Deputados.

Há de se ter atenção, contudo, para imprecisões que foram inseridas no PL 2421/2021. Desde o seu nascimento no Senado em 2018, até a fase em que ele hoje se encontra, foram aportadas novas redações ao texto que colocam em risco a adequada operação dos DBs. Ilustrativamente, pode-se

apontar a confusão que se faz entre DBs permanentes e DBs ad hoc; a falta de clareza sobre a eficácia imediata das decisões vinculantes; e o uso impróprio de referência a câmaras de arbitragem.

Se houver real interesse em se evitar os erros do passado, e em se garantir que as obras de infraestrutura do Novo PAC serão concluídas dentro do prazo e orçamento inicialmente estabelecidos, é essencial que os DBs sejam, de fato, utilizados, nos formatos ideais em que foram concebidos.

**Ricardo Medina Salla e Mateus Pires Zottarelli são, respectivamente, sócio do Toledo Marchetti Advogados e advogado especializado em arbitragem e solução de disputas no setor de infraestrutura e construção**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/11/2023

## ATRASO NO RN E RESTRIÇÃO NO RJ PREOCUPAM ZURICH AIRPORT

Transferência do terminal de São Gonçalo do Amarante está atrasada; outra preocupação é a limitação no Santos Dumont

Por Taís Hirata — De São Paulo



**Tobias Markert, presidente da Zurich na região: grupo quer crescer no Brasil — Foto: Divulgação**

A Zurich Airport tem hoje ao menos duas preocupações quanto aos negócios no Brasil, afirma o presidente do grupo na América Latina, Tobias Markert. A primeira é o atraso na transferência do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), arrematado pela empresa em maio, na primeira relicitação do país. A segunda é a restrição que deverá ser imposta ao terminal de Santos Dumont (RJ), com impacto nos aeroportos de Vitória e de Confins (MG), operados pela empresa suíça.

Ainda assim, o Brasil é considerado um dos dois mercados prioritários para o grupo no mundo - ao lado da Índia. A companhia seguirá analisando novas oportunidades no país, tanto de eventuais leilões quanto de aquisições, afirmou o executivo, em conversa com o Valor.

Hoje, a companhia opera quatro aeroportos no Brasil: Confins (em sociedade com a CCR), Vitória, Macaé (RJ) e Florianópolis. O terminal de São Gonçalo do Amarante deverá ser o quinto na lista.

Porém, a transferência do ativo, atualmente operado pela argentina Inframérica, depende do pagamento de uma indenização, para compensar a concessionária antiga pelos investimentos feitos e não amortizados. O valor devido foi definido em R\$ 554,6 milhões. Desse montante, a Zurich irá desembolsar R\$ 320 milhões - valor que foi oferecido como outorga no leilão de maio. A diferença será paga pela União, o que ainda não aconteceu. É esta etapa que está atrasando a operação.

“Da nossa parte, o processo está completo, estamos prontos para assumir. Mas infelizmente o governo ainda não conseguiu pagar a Inframérica. Só podemos quitar nossa parte uma vez que governo pague, e ainda não conseguiram. Isso está em discussão no Congresso, precisam aprovar mais recursos e houve um atraso”, afirmou o executivo.

A expectativa inicial era assumir o ativo até outubro, no máximo. Agora, a previsão é que o pagamento seja feito em dezembro, para que a Zurich possa assumir em janeiro, segundo Markert. Para ele, não há risco de a operação não se concretizar.



Porém, o atraso tem gerado impactos negativos. “Nosso plano era iniciar a operação neste ano. Tivemos que trazer recursos da Suíça para o Brasil para esse projeto. São recursos que já estão aqui e estão parados”, disse. Neste momento, a companhia não planeja entrar com um pleito de reequilíbrio contratual pedindo compensação pela demora no início da operação, porém, ele avalia que seria algo possível.

O Ministério de Portos não se manifestou até o momento. Procurada, a Anac nega que haja atraso na conclusão do processo de indenização à Inframerica “porque o contrato não fixou data específica para o pagamento”. A agência diz que “o procedimento de pagamento da indenização está seguindo os ritos ordinários de orçamentação pública” e que este “segue regularmente até este momento”. O órgão afirmou que “não há qualquer risco ou prejuízo à relicitação nesse período”.

Outro motivo de preocupação da companhia são as restrições de voos impostas ao aeroporto de Santos Dumont, diz Markert. O governo publicou, em agosto, uma portaria definindo restrição aos voos, que ficariam limitados a um raio de 400 km e a ligações com terminais de operação doméstica - o que afeta o aeroportos de Vitória e de Confins, ambos operados pela suíça.

O Santos Dumont vem operando acima da capacidade em termos de movimentação de passageiros, enquanto o Galeão trabalha com ociosidade. Foi essa realidade que levou a prefeitura e o Estado a buscarem com o governo federal um acordo que limitasse o número de voos no Santos Dumont de forma a abrir espaço para uma recuperação do aeroporto internacional da cidade.

### **“Infelizmente o governo ainda não conseguiu pagar a Inframérica”**

— Tobias Markert

Hoje, já há discussões no governo sobre uma mudança nessa regra de restrição, que poderá passar a uma limitação por número de passageiros, e não geográfica - uma solução defendida por Markert. Segundo a portaria, a regra passaria a valer em janeiro, porém, ele diz que os efeitos já são percebidos no aeroporto de Vitória - desde então, as companhias aéreas reduziram a oferta para Santos Dumont. Desde outubro, houve queda de 47% no número de assentos oferecidos. Com isso, o principal destino do terminal deixou de ser o Rio de Janeiro e passou a ser São Paulo.

“Já reclamamos à Anac sobre a situação, enviamos uma carta. É algo que poderá gerar um pedido de reequilíbrio, mas nenhum pleito foi protocolado.” Procurada, a agência disse que “não cabe à Anac analisar situações de desequilíbrios contratuais em tese, mas apenas em casos concretos”, e que não há pedidos nesse sentido. O ministério ainda não respondeu.

Apesar dos ruídos, Markert afirma que não tem do que reclamar sobre a estabilidade e a segurança jurídica do Brasil, durante os dez anos de operação no país. Ele cita como exemplo positivo a forma como a Anac reagiu aos impactos da pandemia, com uma análise rápida dos reequilíbrios.

O otimismo com relação ao país se reflete no interesse em novos negócios. “Qualquer aeroporto que for relicitado poderá ser interessante. Há diferentes ativos que poderão ser relicitados, eventualmente o aeroporto de Guarulhos [em São Paulo, que vence em 2032]. Todos serão analisados.”

A companhia diz que também estudará oportunidades no mercado secundário. Questionado sobre o interesse em uma operação com a CCR - que já anunciou o interesse em atrair sócios à sua divisão de aeroportos -, o executivo afirma que neste momento não há conversas, mas sinaliza que haverá interesse. Hoje, a companhia já é sócia da Zurich na concessão de Confins.

“Sempre há opções, quando já se é sócio, para ver qual parceria faz mais sentido para o futuro. Há diferentes opções, temos uma boa sociedade, trabalhamos bem com eles. Mas não há ainda negociação. Vi o anúncio [de que buscariam parceiros], mas não sei se começaram as negociações.”

A Zurich opera nove aeroportos globalmente - além dos quatro no Brasil, há o de Zurich, na Suíça, e terminais no Chile, na Colômbia e em Curaçao. Além disso, o grupo está construindo um aeroporto em Nova Delhi, na Índia.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 08/11/2023

### WILSON SONS MOVIMENTA 103 MIL CONTÊNERES EM OUTUBRO, ALTA ANUAL DE 26,5%

Do volume total registrado no mês passado, 78,6 mil foram de unidades cheias, 32% maior ante o reportado no mesmo período em 2022

Por Victoria Netto, Valor — São Paulo



**Terminal de contêineres Rio Grande (RS) da Wilson Sons — Foto: Divulgação/Wilson Sons**

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 103 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em outubro de 2023, alta de 26,5% em relação ao volume do mesmo período de 2022.

Do volume total registrado no mês passado, 78,6 mil foram de unidades cheias, 32% maior ante o reportado no mesmo período em 2022, enquanto os contêineres vazios somaram 24,4 mil TEUs, um avanço de 11,6% na mesma base de comparação.

No Terminal Rio Grande foram movimentados 63 mil TEUs em outubro, alta de 36,6% em comparação anual. Já no Terminal Salvador, o volume chegou a 40 mil TEUs, avanço de 13,3% na mesma base comparativa.

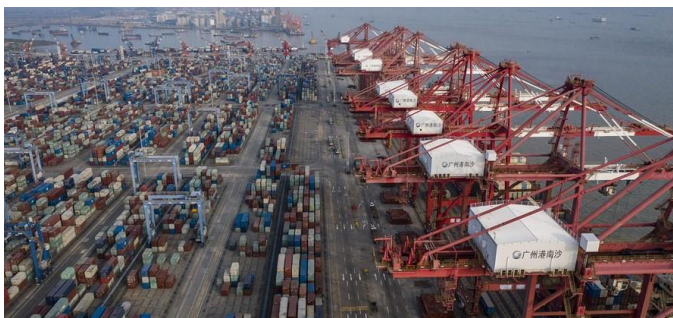
No acumulado dos dez primeiros meses do ano, o volume movimentado foi de 870,7 mil TEUs, um avanço de 13,5% ante o mesmo período do ano anterior. Desse volume, 552,2 mil unidades estavam cheias e outras 214,9 mil estavam vazias, altas de 11,4% e de 18,9%, respectivamente.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 08/11/2023

### CHINA: EXPORTAÇÃO RECUA 6,4% EM OUTUBRO EM BASE ANUAL, PIOR QUE O PREVISTO

As exportações da China caíram mais do que o esperado em outubro, sinalizando continuidade dos problemas que atingem sua economia e diminuição do apetite global pelos produtos do país.

Por Dow Jones Newswires — Pequim



**Porto na China — Foto: Qilai Shen/Bloomberg**

As exportações, um importante motor da segunda maior economia do mundo, caíram 6,4% em outubro em comparação com o mesmo período do ano anterior, informou na terça-feira a Administração Geral das Alfândegas. Em setembro, as exportações haviam recuado 6,2% ao ano.

A leitura de outubro foi bem pior do que a queda de 3,5% esperada pelos economistas numa sondagem feita pelo “The Wall Street Journal”.

Já as importações aumentaram 3,0% em outubro frente ao mesmo mês de 2022. Isso se compara a uma queda de 6,2% em setembro e encerra uma série de sete meses de contração. Os dados sugerem que as medidas de estímulo de Pequim podem ter começado a reanimar a procura interna.

Os economistas consultados pelo “The Wall Street Journal” haviam feito uma previsão de que as importações cairiam 4,8% em outubro.

Com isso, a China registrou em outubro um superávit comercial de US\$ 56,5 bilhões, valor inferior ao excedente de US\$ 77,7 bilhões registrado em setembro. Os economistas esperavam um excedente de US\$ 82,3 bilhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 08/11/2023*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### COM ESCALA EXTRA NO RIO, MAERSK AMPLIA CONEXÃO ENTRE BRASIL E EUROPA

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08/11/2023 - 16:07*



**Maersk Lota em sua primeira escala realizada em outubro no Rio Brasil Terminal (Divulgação)**

Empresa acrescentou Rio Brasil Terminal (ICTSI Rio) à rota do serviço regular 'Bossa Nova'

A Maersk ampliou uma das principais rotas que conecta a Europa à Costa Leste da América do Sul (ECSA). A empresa global de logística integrada acrescentou uma nova escala no Rio Brasil Terminal (ICTSI Rio), no Rio de Janeiro, ao 'Bossa Nova' — serviço regular oferecido pela armadora no transporte

de cargas containerizadas entre os mercados da Europa e Brasil. O porta-contêineres Maersk Lota (foto), de 8.850 TEUs realizou sua primeira rotação portuária atualizada, chegando ao ICTSI Rio no último dia 19 de outubro. A Maersk destacou que a nova escala reforça a disponibilidade dos produtos oceânicos na ECSA e ampliam a oferta da empresa no Brasil.

A empresa informou que a escala extra reforça o acesso direto a uma base crescente de consumidores, não apenas no Brasil, mas também em países vizinhos. De acordo com a Maersk, o Rio de Janeiro possui uma localização que o credencia como uma porta de entrada crucial para a América do Sul. A companhia destacou que o serviço que agora conta com duas escalas nos portos locais, uma de saída do Porto de Itaguaí (Sepetiba) e uma de entrada no Rio Brasil Terminal (ICTSI Rio), abrindo novos caminhos para as empresas que buscam explorar o potencial do mercado sul-americano.

Em nota, a Maersk ressaltou que as duas instalações portuárias permitem a movimentação eficiente de diversos tipos de carga, garantindo o fluxo contínuo de mercadorias. A empresa destacou que o Rio de Janeiro possui uma localização que credencia a cidade como uma porta de entrada crucial para a América do Sul. Com a mudança, a rotação portuária do serviço Bossa Nova será: Algeciras (Espanha) – Tanger Med (Marrocos) – Salvador (Brasil) – Rio de Janeiro (Brasil), com escalas no Porto de Itaguaí (Sepetiba) e Rio Brasil Terminal – Santos (Brasil) – Itapoá (Brasil) – Paranaguá (Brasil) – Santos – Sepetiba (Brasil) – Tanger Med – Algeciras.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 08/11/2023*



# INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 185/2023  
Página 39 de 39  
Data: 08/11/2023  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS  
Data: 08/11/2023